



223ª Sessão Extraordinária

Conselho Municipal de Saúde de Florianópolis

Informações Preliminares

223ª Reunião Extraordinária PRESENCIAL realizou-se na **terça feira, dia 21 de novembro de 2023, com início às 13h30min em segunda chamada**, no Auditório da Secretaria Municipal de Saúde, à Av. Prof. Henrique da Silva Fontes (Beira Mar Norte), 6.100, Trindade - Florianópolis/SC.

Das 32 instituições que compõem o CMS, 21 estavam presentes, 8 entidades ausentes e 3 entidades justificaram ausência. Estiveram presentes 90 participantes na condição de servidores, convidados, estudantes e comunidade em geral.

Abertura e Pauta

Gerusa Machado - Secretária Executiva do CMS

Saúda a todos e agradece a presença dos conselheiros municipais, distritais e locais de saúde. Agradece a presença dos usuários e dos profissionais de saúde da Secretaria. Destacou a presenças dos vereadores: Afrânio Boppré, Carla Ayres e representantes da Vereadora Cíntia Mendonça - Mandata Bem-Viver e da Vereadora Tânia Ramos. Informou que estavam em segunda chamada (a primeira ocorreu às 13horas) já que não havia quórum suficiente e por isso estavam iniciando às 13h30min. Anunciou que conforme a convocação, aquela era uma Plenária Extraordinária e apresentou as pautas definidas para os trabalhos da reunião. Informou o envio prévio de perguntas sobre o Complexo de Saúde, elaboradas pelos Conselheiros para a reunião de Mesa Diretora e que o corpo técnico da Secretaria passaria a apresentar as respostas. Comunicou a ausência da Presidente do Conselho Municipal de Saúde, Sra. Cristina Pires Pauluci, por problema de saúde, passando a ler a justificativa: “Peço que leia na abertura da Plenária de hoje: desde ontem no final do dia encontro-me febril com piora na madrugada e durante a manhã de hoje. Tentei ficar e aguardar para participar da reunião, mas não consegui. Conversei com o Secretário Adjunto, Sr. Humberto Santos, e equipe técnica para estarem presentes para apresentar as respostas e esclarecimentos. Me coloco a disposição para eventuais dúvidas na próxima reunião ordinária. Desejo uma tarde construtiva a todos os presentes”. Gerusa acrescenta que a presidência da Plenária ficará a cargo da Vice-Presidente do CMS, Sra. Albertina Prá da Silva, com apoio da equipe da Secretaria Executiva do CMS na condução dos trabalhos.

Em seguida esclareceu a dinâmica da reunião: apresentação das respostas pela gestão e na seqüencia serão abertas as inscrições para manifestação. O tempo de fala é de 3 minutos, prorrogáveis por mais 1, da forma mais objetiva possível para que todos os presentes sejam contemplados.

Apresentou a pauta e deu-se início aos trabalhos.

Pauta:

1. Esclarecimentos e atualizações de informações sobre o Complexo de Saúde (Complexo Hospitalar);
2. Esclarecimentos e atualizações de informações sobre a UPA Sul.

Desenvolvimento dos Trabalhos:

1. **Esclarecimentos e atualizações de informações sobre o Complexo de Saúde (Complexo Hospitalar);**

Atenção: Os comentários dos técnicos realizados durante a leitura das questões e respostas foram colocados entre aspas, para se diferenciarem das respostas que vieram por escrito.

1.1 Humberto Santos, Secretário Adjunto de Saúde

Saudou todos e agradeceu a presença, destacando o grande número de participantes. Informou que, mesmo a Secretária não estando presente, as 26 Questões realizadas pelos Conselheiros foram respondidas em conjunto com o corpo técnico da Secretaria. A dinâmica foi a leitura das questões e das respostas, e os esclarecimentos de dúvidas respondidos no final pelos técnicos. Passou a ler as perguntas com as respostas e realizou comentários.

1) A obra da Reforma da UPA Sul, iniciada em 2019 e orçada no valor de 3,3 milhões de reais, foi concluída em sua integralidade e de acordo com os objetivos do contrato?

Resposta: Não.

“A obra foi paralisada e este contrato não foi finalizado. A empresa abandonou a obra e tivemos que iniciar um novo processo licitatório”.

Em caso de negativa, qual valor foi pago e por quais serviços prestados, por quais etapas concluídas?

Contrato nº 447/FMS/2019 iniciou em 12/07/2019, com execução no valor de R\$ 414.211,92. Em 03/04/2020 foi homologada a rescisão unilateral do contrato, por baixa produção, baixa qualidade e reincidência das notificações técnicas. “Este valor R\$ 414.211,92 foi efetivamente pago, após a avaliação do técnico fiscal da Secretaria. que mediu, aprovou e foi realizado o pagamento”.

A Obra atingiu aproximadamente 12,4% de conclusão com a execução dos serviços abaixo listados:

- Estrutura da escadaria protegida executada parcialmente até o piso do segundo pavimento;
- Estrutura da Ampliação da Farmácia executada com alvenaria erguida de maneira parcial;
- Rampa de serviços: escavação iniciada com montagem de forma (posteriormente abandonado);
- Rampa de lavação: escavação iniciada com montagem de formas (posteriormente abandonado);
- Canteiro de infiltração: escavação efetuada de um dos canteiros;
- Cobertura: substituição das telhas e rufos executada;
- Terceiro Pavimento: execução parcial de revestimento cerâmico de piso e paredes, execução de fechamento em gesso acartonado (parede e tetos), execução de instalações elétricas, hidráulicas, sanitárias, exaustão, climatização e preventivas contra incêndio, pintura e instalação de esquadrias em madeira.

O que se fez com o restante do dinheiro previsto no orçamento?

Resposta: Como não foi executado em sua integralidade, retornou para o orçamento da SMS.

2) A Prefeitura realizou algum projeto para quantificar o preço de uma nova reforma no prédio da UPA SUL? Em quanto está avaliada e por quem foi feita? Favor apresentar o projeto orçamentário com seus respectivos descritivos.

Resposta: Em dezembro de 2021 foi atualizado o orçamento a partir das necessidades da obra, no valor de R\$ 10.876.949,31. A atualização dos valores foi realizada pelos técnicos da SMS.

***A diferença de valores entre o orçamento que gerou o último contrato e o valor mais recente se deu pela amplitude da reforma que foi proposta após a rescisão do último contrato.

“Como foi feito o primeiro contrato, a idéia era simplesmente finalizar a obra inacabada, não levando em consideração a logística e a necessidade de reforma no prédio em geral. Como houve uma rescisão, foi acordado entre os técnicos, realizar uma reforma total. A intenção era investir no prédio e fazer uma obra completa. Por isso, foram inclusos itens que no primeiro contrato não constavam”.

Não existiam no primeiro orçamento de reforma itens como:

Elevadores novos; Novo padrão de entrada de energia (transformadores e geradores) “para terem conhecimento: o gerador que estava previsto era só para sala de reanimação, após com o novo contrato, colocamos para todo o prédio”; Urbanização; Aspectos de segurança em virtude de tentativa de homicídio no estacionamento; Substituição de revestimentos cerâmicos internos e externos; Pintura geral; Substituição de forros de PVC; Substituição de coberturas metálicas; Substituição de toda a rede de elétrica e lógica existentes; Climatização; Sistemas de renovação de ar; Grades nas janelas e condensadoras; Troca da iluminação por luminárias led; Ajustes de Layout e atualização das normas de acessibilidade entre outros.

O primeiro orçamento se ateve basicamente na ampliação, não prevendo benfeitorias significativas na parte existente.

3) Qual destinação a Prefeitura pretende dar ao atual prédio da UPA SUL, caso haja a sua transferência para outro lugar?

Resposta: O atual prédio da UPA Sul será utilizado para outros equipamentos públicos da Prefeitura.

1.2 Talita Cristine Rosinski, Subsecretária de Saúde Pública

Saudou a todos e iniciou a leitura das questões com as respostas e teceu comentários.

4) Tendo em vista o não recadastramento na UPA SUL no Ministério da Saúde no ano de 2023, como se pretende custear o funcionamento da UPA, seja no local onde se encontra atualmente ou no possível novo Complexo Integrado de Saúde? Como foi detalhado este recurso na LOA 2024?

“Esclarece que o termo recadastramento utilizado na pergunta, é entendido como habilitação”

Resposta: O prazo para renovação da habilitação da UPA Sul é dezembro de 2023, os documentos já foram organizados e serão enviados ao Ministério da Saúde - MS no prazo, “já foi feito pelo site, através da plataforma própria” não havendo a possibilidade de interrupção do envio do recurso federal por essa razão, “esse cenário de interrupção não tem concretude”.

5) Para qual porte e nível se pretende estruturar a nova UPA instalada no Complexo de Saúde?

Resposta: Porte III, opção VIII que é o porte máximo previsto na Portaria nº 10 de 3 de janeiro de 2017 e que já é o atual Porte da UPA Sul. Haverá manutenção da habilitação e de todos os serviços existentes na atual UPA Sul, sendo estes integralmente mantidos sem qualquer prejuízo de atividades que hoje já ocorrem nesta unidade. “Destaque que a Portaria não traz especificidades sobre alguns aspectos de serviços, por exemplo, não fala sobre ter serviços de saúde bucal, mas já nos manifestamos em outras plenária que vamos manter integralmente todos os serviços do porte e atividades assistenciais que existem na UPA no novo espaço do complexo”.

6) Considerando que qualquer mudança de porte acarretará prejuízo aos usuários do serviço, como a Gestão da SMS pretende suprir as demandas que venham a surgir para não sobrecarregar ainda mais os Centros de Saúde, incluindo recursos financeiros para fazer essa cobertura?

Resposta: Conforme respondido no item anterior não ocorrerá qualquer alteração no Porte ou natureza dos serviços prestados na UPA Sul.

“ou número de profissionais que atendem hoje nessa unidade que é superior ao que está estabelecido na Portaria. Então é a manutenção integral de serviços quantitativo de pessoas que lá atuam”.

7) Nesse sentido, para quando se dará o recadastramento da UPA Norte? Havendo meses que possam ficar descobertos sem repasse do Governo Federal, como a SMS vai custear os gastos? Até lá, qual será a fonte de recursos usada para isso e qual é o valor previsto?

Resposta: Em relação a UPA Norte há a necessidade de finalização da obra para que alguns documentos possam ser emitidos e juntados ao processo tal como atualização do Alvará Sanitário da nova estrutura. “documentos necessários para que possamos validar essa habilitação. Destaque que já dialogamos sobre esse momento desta unidade com o Ministério da Saúde”.

A SMS tem recebido integralmente o recurso de custeio dessa unidade, assim como o recurso da produção ambulatorial está sendo processado no sistema de informação cabível.

Custo das UPAS

Os serviços oferecidos nas UPAS municipais são custeados basicamente com duas fontes:

- 1) Recurso Média e Alta Complexidade (MAC),
- 2) Recursos Próprios (RP)

Custo médio da UPA Sul- R\$ 2.332.246,60/mês (conforme publicado em DO)

- 1) MAC - R\$ 500.000,00 (Portaria MS nº10- Incentivo UPA 24h opção VIII -R\$ 250.000,00 + Incentivo qualificação de UPA 24h VIII - R\$ 250.000,00) 2) RP- R\$ 1.832.246,60

8) Já está em curso pactuação com o MS para o cadastramento dessas UPAs? Quais os termos?

Resposta: Sim, conforme já citado as solicitações estão em curso. Em relação especificamente a mudança de local da UPA Sul a SMS enviou ofício para a Secretaria de Atenção Especializada comunicando a intenção de mudança de local da UPA Sul questionando o MS se deseja acompanhar o projeto ou verificar o atendimento dos requisitos ao final quando da unidade entregue (o que é o hábito em troca de habilitação).

Destaca-se que toda a nova estrutura da UPA Sul está sendo projetada respeitando as normatizações previstas no regulamento sanitário, assim como para atender as exigências de habilitação junto ao MS - (Ofício enviado para o Ministério da Saúde- OE 374/SMS/GAB/2023 2/10/2023 – Helvécio Miranda Magalhães Junior – Secretário de Atenção Especializada)

1.3 Afrânio Boppré, Vereador CMF

Questionou a data do Ofício citado.

1.4 Talita Cristine Rosinski, Subsecretária de Saúde Pública

Respondeu que é de 2 de outubro de 2023:“Mas estamos dialogando, em algumas visitas ao MS desde o último ano, desde o ano passado com o Secretário de Atenção Primária e o Secretário de Atenção Especializada sobre esses processos”

1.5 Luana Rios Weber, Subsecretária de Gestão e Operações de Saúde

Saudou a todos e iniciou a leitura das questões com as respostas e realizou comentários

9) Quais serão os custos previstos para a compra de equipamentos (de imagem, de cirurgia, de esterilização, etc.) planejados para instalação no Complexo de Integrado de Saúde, tendo em vista todas as estruturas propostas, como UPA, Hospital-Dia, Centro de Imagem, CAPS, Ótica Pública, etc.?

Resposta: Alguns equipamentos ainda estão em estudo se serão adquiridos ou locados. Valor para compra de equipamentos é de aproximadamente R\$ 13 milhões.

10) Qual será a fonte de recursos para a compra desses equipamentos?

Resposta: Serão utilizados recursos do financiamento do Banco do Brasil e de emendas parlamentares, além de recursos provenientes do MP. “Não será utilizado recurso de custeio para compra, será utilizado só recursos de investimentos”.

11) Qual é a previsão dos Recursos Humanos necessários para o funcionamento das estruturas propostas? Favor apresentar a descrição com funções, número de profissionais, custos orçamentários e forma de contratação (direta via concurso público, processo seletivo, via OS, etc.)?

Resposta: O quantitativo mínimo por estrutura é definido em Portaria pelo Governo Federal (UPA, CAPS e CMEC). A exceção é para o Hospital Dia, o qual o dimensionamento irá depender da tarefa.

Recursos Humanos

“Na verdade como o estudo do Complexo – assim como aconteceu com a UPA Norte e Continente – mantivemos de forma interna, alguns valores não publicaremos, não demonstraremos, tendo em vista o processo lançado garantir igualdade de seleção das empresas”.

Tabelas Recursos Humanos:

UPA SUL - Dimensionamento MÍNIMO de Profissionais

PROFISSIONAL	QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS	
	DIA	NOITE
Diretor Técnico Médico	1	
Responsável Técnico de Enfermagem	1	
Médicos clínicos	4	3
Médico cirurgião	1	1
Médicos pediatras	2	2
Cirurgião Dentista	1	1
Técnico ou Auxiliar de Saúde Bucal	1	1
Enfermeiros	3	3
Técnicos de Enfermagem	12	12
Técnico em Radiologia	1	1
Farmacêutico (40 horas)	1	0
Auxiliar Administrativo	2	2
Motorista para ambulância	1	1

CAPS - Dimensionamento MÍNIMO de Profissionais

Categoria Profissional	Turno Diurno		Quantitativo Plantão Diurno	Quantitativo Plantão Noturno
	Quantitativo	Carga horária semanal		
Médicos clínicos	2	30 h	-	-
Médico psiquiatra	2	30 h	1	1
Farmacêutico	1	40 h	-	-
Psicólogo	2	30 h	-	-
Assistente social	2	30 h	-	-
Terapeuta ocupacional	1	30 h	-	-
Educador físico	1	30 h	-	-
Auxiliar Administrativo	2	30 h	1	1
Educadores Sociais	2	30 h	-	-
Enfermeiro	3	40h	2	2
Técnico de enfermagem	1	40h	6	5

CMEC - Dimensionamento MÍNIMO de Profissionais

PROFISSIONAL	QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS	
	DIA	NOITE
Enfermeiro	2	1
Técnico de Enfermagem	6	4
Motorista	2	0
Assistente Administrativo	2	1

Quadro 02 – Dimensionamento MÍNIMO de Profissionais

PROFISSIONAL	QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS
Diretor Técnico Médico	1
Responsável Técnico de Enfermagem	1
Enfermeiro Assistencial	05
Enfermeiro especializado em terapia intravenosa	01
Técnico de Enfermagem	12
Técnico de Enfermagem com experiência em terapia intravenosa	1
Médico Cirurgião/Especialista	*
Médico Anestesiologista	*
Médico Radiologista	*
Médico Diagnóstico Por Imagem - Ultrassonografia Geral	*
Médico - Endoscopia	*
Médico - Colonoscopia	*
Médico Oftalmologista	*
Auxiliar Administrativo	A SER DEFINIDO PELA EXECUTORA
Farmacêutico	01
Farmacêutico com experiência em manipulação de medicamentos	01

“Profissionais do Hospital Dia – alguns itens não têm definição, necessidade conforme a execução dos serviços. Sofrerão ajustes conforme os serviços prestados no Hospital Dia”

12) Tendo em vista o modelo híbrido de trabalhadores apresentado pela Gestão em reunião ordinária do Conselho para o funcionamento da UPA Sul para já se sabe quantos colaboradores serão servidores públicos e quantos serão contratados por OS?

Resposta: Atualmente há 94 servidores públicos lotados na UPA Sul. Todos os profissionais poderão permanecer na unidade, sendo assegurados todos os direitos previstos no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Florianópolis e demais legislações.

13) Para honrar com os compromissos estabelecidos no contrato 393/FMS/2023, tendo em vistas as incertezas ainda presentes, seria o modelo de contrato Built-To-Suit (BTS) o mais seguro para essa situação? Por que foi escolhido esse modelo de Contrato? Considerando o total desconhecimento desse tipo de contrato aqui no município, não seria mais indicado que a Prefeitura/SMS fazer uso dos canais do Conselho Municipal e de audiências públicas para esclarecer mais sobre esse tipo de contrato antes de assumir um compromisso, sendo que o não cumprimento poderia acarretar um prejuízo vultoso para os cofres públicos? Visando uma gestão mais transparente?

Resposta: O modelo BTS foi adotado considerando a vantajosidade ao município em relação à morosidade de um processo licitatório comum com as fases de elaboração de projetos, lançamento de edital de licitação e o prazo para execução da obra de reforma, visto que o prazo para finalização de todas essas etapas é, em média, de 18 meses. Nesse período, considerando que teríamos o contrato de subcessão já vigente, o município estaria desembolsando o valor da locação (subcessão) do imóvel do Antigo Aeroporto, mesmo com o imóvel ainda não finalizado para uso. Ainda, o pagamento da obra de reforma ocorreria dentro desse prazo estimado de 18 meses, onerando os cofres do município a curto prazo. Considerando que a intenção é reduzir as filas de espera para procedimentos de média complexidade, o prazo de 18 meses foi considerado insatisfatório. Salientamos, por fim, que o contrato possui cláusula de carência de pagamento, portanto, o município efetuará pagamentos apenas quando houver o aceite da obra de reforma finalizada de acordo com o projeto. Enquanto isso não ocorrer, não haverá pagamentos de locação do imóvel e do valor da reforma. O modelo BTS é autorizado pelo TCU

desde o ano de 2015, sendo legal a sua utilização para locar imóveis preparados, integralmente prontos, já para o serviço do Poder Público previsto. Todos os procedimentos do processo foram publicados no Diário Oficial Eletrônico do Município.

“Modalidade que já é utilizada, aceita pelo Tribunal de Contas da União e ela prevê esse contrato de subcessão do estado, já vem com a nossa necessidade pronta. Se tivéssemos que fazer a um contrato de subcessão com o aeroporto, fazer a licitação, contratar empresa de forma direta, execução da obra, já estaríamos pagando o valor do aluguel e o prazo de conclusão, por experiência no município, seria de 18 meses. Esse prazo não teríamos, considerando a quantidade de procedimentos de média e alta complexidade repesada no município. Com esta forma, consideramos mais vantajosa por questão de tempo e de recurso. O recurso financeiro será diluído em 10 anos. Caso fosse contratação direta, o prazo seria curto, onerando de forma expressiva os cofres do município”.

1.6 Talita Cristine Rosinski, Subsecretária de Saúde Pública

14) Quais são as metas de atendimento para os equipamentos de saúde previstos no Complexo Integrado de Saúde?

Resposta:

“Como os contratos de gestão que temos em vigência, costumamos trabalhar com metas quantitativas e qualitativas, compondo a avaliação dos serviços. Em relação as metas quantitativas, conseguimos passar algumas integralmente, outras são projeções, por ser serviços que ainda não temos”.

Metas quantitativas e qualitativas:

-Estimativa de cerca de 1000 atendimentos por dia; “Entre todos os serviços que teremos dentro da estrutura”

-400 cirurgias eletivas/mês; “Capacidade instalada trabalhando a estrutura do Hospital-Dia com funcionamento de 12 horas”

-Quase 4000 exames de diagnóstico por imagem/mês (entre eles tomografias, endoscopia, colonoscopia); “exames radiografia simples, até os mais complexos, mais avançados que geram filas históricas já apresentadas aqui no Conselho, como tomografias, endoscopia, colonoscopia, vamos ter salas exclusivas para estes exames”

-3000 consultas oftalmológicas por mês para adultos e crianças com distribuição óculos gratuito; “Atualmente fazemos a entrega de óculos para crianças através do Programa Saúde Escola ou ao Educação Jovem Adulto”

-800 cirurgias oftalmológicas/mês; “Hoje, mesmo com toda a contratualização deste serviços no município, esse número dobrariam nossa capacidade de atender, valor de procedimentos bastantes expressivos, alcançando redução das filas”

-Centro de Infusão com estimativa de realizar 250 atendimentos/mês; “Alguns pacientes precisam fazer medicações especiais, que requer tempo de aplicação grande, de horas, usando bomba de fusão, que precisam ir aos hospitais, muitas vezes aguardando nas emergências, compartilhando o ambiente hospitalar, apenas para aplicar sua medicação de controle. Já temos os pacientes mapeados na farmácia especializada, estimamos 250 atendimentos/mês”

-Primeiro serviço de saúde mental gratuito 24h na cidade para adultos e crianças em situação de crise - estimativa de 70 atendimentos por dia; “CAPS 24h, porta aberta para acolher situações de crise, para adultos com problemas de álcool e drogas ou não. Assim como para primeira abordagem na situação de crise para crianças nesse horário, são serviços que não temos na cidade. Dados de estimativa”.

-10 leitos de acolhimento para atendimento de curta permanência - serviço integrado com demais CAPS da rede (Único em Florianópolis fora do IPQ). “Dentro desta estrutura do CAPS 24h, teremos 10 leitos de acolhimento para atendimentos dos usuários que precisem permanecer, ter cuidados mais prolongados, esse serviço se integra com o CAPS II que já temos operando na cidade, dispo de equipes multiprofissionais, oficinas, também nos finais de semana, permitindo que as outras unidades, se necessário, possam compartilhar pacientes em crise nos finais de semana”.

-Escola de Saúde Pública - 100 pesquisas/ano, 7000 certificações de treinamentos, 4 programas de residência (206 residentes); “Teremos uma estrutura com salas de aulas para formação e espaço para educação permanente”

-Central de Material e Esterilização atenderá o processamento de materiais de 70 unidades do município ganhando em custos, padronizando processos desenvolvidos, controle dos processos de esterilização (300.000 pacotes/caixa/ mês esterilizados); “Centralizado, além de atender o complexo, atenderemos a rede”.

-Casa de Atendimento à Mulher/Criança vítima de violência- Estimativa de 130/mês (notificações);

15) Quanto aos atendimentos da UPA, quais os indicadores pensados para garantir o acesso público, universal e de qualidade?

Resposta: As três UPAS trabalharão com os mesmos indicadores (divulgados em Diário Oficial). “Alinhamento dos processos de monitoramento dos Indicadores das três UPAS. Indicadores quantitativos – mais clássicos: produção, número de atendimentos, classificação de riscodos principais profissionais que estão atendendo na unidade. Indicadores de qualidade: tempo de espera, situação de risco, ações estratégicas, etc.”.

1.7 Luana Rios Weber, Subsecretária de Gestão e Operações de Saúde

16) Qual é a previsão da Prefeitura no tocante à UPA SUL após findar o prazo de 10 anos estipulado na licença de licitação para construção do Complexo Hospitalar?

Resposta: O contrato tem vigência inicial de 10 anos, podendo ser prorrogado por igual período. Importante salientar que o imóvel é de propriedade da União, sob Concessão para uma empresa privada. “A concessão que a Zurique tem com o antigo aeroporto tem mais 23 anos. A idéia é que quando acabar esta concessão, volte a origem pública da união, ele venha para o município, já está sendo utilizado pela saúde, utilidade pública, essa é a intenção do município.

1.8 Talita Cristine Rosinski, Subsecretária de Saúde Pública

17) O Ministério da Saúde estabelece, no documento chamado Programa Arquitetônico Mínimo para Unidade de Pronto Atendimento UPA 24 horas, que “A implantação de uma UPA não deve ocorrer de maneira intrafuncional ou possuir relação funcional direta com uma unidade hospitalar”. Isso significa que a UPA possui uma função determinada na Rede de Atenção às Urgências. Logo, essa função não pode ser desvirtuada. Por isso, questiona-se: qual é a inter-relação da UPA SUL com o Complexo Hospitalar? Como se pretende garantir que não haja relação intrafuncional com os outros equipamentos de saúde?

A implantação de uma UPA não deve ocorrer de maneira intrafuncional ou possuir relação funcional direta com uma unidade hospitalar

Resposta:

- Esta relação não se aplica a estrutura de Hospital dia, que é um equipamento ambulatorial, pois este não possui porta aberta ou realiza atendimentos de emergência- ordenado pela APS;
- O disposto é para evitar dupla solicitação de recurso para unidades hospitalares porta aberta que precisam ofertar unidade para atendimento de emergência não serem duplamente financiadas;

“É importante esclarecer que estamos falando da construção de um Hospital-Dia, não sendo um hospital geral, hospital porta aberta, que realizará atendimentos de emergência. Todos esse atendimentos de Hospital-Dia tem Portaria própria no Ministério da Saúde, são eletivos, programáticos e agendados. Não tem por natureza, uma porta de urgência, como hospital Celso Ramos, como o Infantil, que tem esses serviços conjugados. Essa relação não se aplica para estrutura de Hospital-Dia, pois é um equipamento ambulatorial. Todos os usuários que serão atendidos no Hospital-Dia, serão ordenados pela atenção

primária. Se tem a necessidade de fazer um procedimento cirúrgico, de baixo risco, por exemplo, uma cirurgia de varizes: passa pelo Centro de Saúde, receber o atendimento da Equipe Saúde da Família, receber a indicação desta cirurgia, e lá no complexo, mediante um agendamento, receberá o atendimento. Não há uma relação do serviço Hospital-Dia com o serviço da UPA enquanto porta de entrada. A UPA não é entrada para o Hospital-Dia. Esse dispositivo foi colocado com esta ênfase neste documento justamente para evitar que hospitais fizessem um duplo cadastramento: já recebessem pela estrutura hospitalar que requer uma porta de entrada e ainda cadastrasse aquela porta de entrada como uma UPA, recebendo dois tipos de recurso do Ministério de Saúde”

1.9 Elizimara Ferreira Siqueira – Enfermeira e Gerente do Projeto Central Material Esterilizado - CME
Iniciou a leitura das questões e respostas e teceu comentários.

18) Considerando uma CME, no complexo do Carianos, como está planejada a distribuição do material esterilizado e o recolhimento do material contaminado, para todas as unidades de saúde? Foi feito um estudo financeiro para os gastos com estas atividades? Se sim, qual o valor?

Resposta:

- Elaboração de POPs descrevendo os processos a serem realizados (descontaminação, limpeza, separação, identificação...) com os materiais a serem encaminhado ao CMEC.
- Definição dos dias e frequência de recolhimento de material sujo nas unidades e entrega de material esterilizado nas unidades.
- Realização do piloto em algumas Unidades de diferentes portes para testagem do fluxo.
- Definição das Unidades que atuarão como backup por região para a transição dos serviços e serem acionadas caso ocorra alguma intercorrência.

“Saudou a todos e informou que em relação ao CME e todos os procedimentos de enfermagem, estão sendo padronizados em POP – Procedimentos Operacionais Padrão. Estamos coordenando com a rede todos os POPs que são necessários para o funcionamento do que vai funcionar dentro da unidade e o que vai funcionar dentro da CME. Estamos fazendo o cronograma sobre o artigo e tempo que este pode ficar dentro da CME, para padronizar o tempo do recolhimento e entrega dos equipamentos para utilização, de forma célere. A realização de uma unidade piloto, entre dezembro e janeiro, fazendo uma simulação de como funcionará em unidades de porte diferentes para dimensionamento de quanto material necessário, fazer o rodízio na rede para as equipes terem o quantitativo mínimo assegurado para realizar os serviços de saúde nas unidades. Além do piloto, estamos prevendo unidades backup nos distritos, pois em caso de intercorrência, ter onde resgatar os equipamentos para gerir o serviço. Padronizar todos os kits, conforme o porte das unidades. Com a CME conseguimos organizar, conforme a dimensão.”

(Continuação) Foi feito um estudo financeiro para os gastos com estas atividades? Se sim, qual o valor?

Resposta:

O conceito de centralização de serviços em CME vem conquistando grande espaço na área de saúde, pois o ganho em escala de processos, padronização de processos e compra em escalas, favorece muito a negociação com fornecedores e, conseqüentemente, torna-se um forte aliado para a economicidade dos serviços essenciais em saúde.

A centralização do processamento de produtos em saúde traz grandes benefícios técnicos para o ente público, considerando que as exigências são pautadas desde o momento da contratação, visando melhorias frente ao cenário de suas unidades de esterilização em unidades de saúde, condenadas sanitariamente por órgão competente e processos de controle que precisam ser aprimorados.

Estudos técnico financeiros serão possíveis após a implantação do novo modelo considerando os o processo de monitoramento e indicadores que serão implantados.

1.10 Luana Rios Weber, Subsecretária de Gestão e Operações de Saúde

19) Com o uso do modelo de contrato BTS, em que se prevê a reforma do espaço para sua subsequente locação, seria correto aplicar o artigo 74 da Lei n 14.133/2021 na dispensa de licitação para a construção do Complexo Hospitalar, sendo que as características de instalações foram encomendadas pelo locador, a PMF?

Resposta:

A Administração Pública, no intuito de respeitar a legislação vigente, primeiramente realizou chamamento público (consulta pública), especificando as necessidades do imóvel para a locação, sendo que somente houve uma proposta, que apesar de ter a metragem solicitada, ainda precisaria de adequações para atender as exigências definidas na consulta pública, como por exemplo: estrutura física com capacidade elétrica e hidráulica para implementação de gás medicinal, gerador e outras especificidades para os serviços de saúde. Também, na proposta estava a possibilidade de adequar o imóvel para o serviço de saúde, sendo obrigatória a aprovação da SMS. Sendo assim, no que diz respeito à utilização de inexigibilidade de licitação, art. 74 da Lei 14.133/2021, sendo que as características de instalações foram encomendadas pelo Locador (PMF/SMS), destacamos que o art. 74 da Nova Lei de Licitações prevê os casos de inexigibilidade de contratação pela Administração Pública. Esses casos são definidos e utilizados quando não há viabilidade de competição. Além disso, é de conhecimento público que as hipóteses de inexigibilidades descritas no diploma legal não são taxativas, mas sim exemplificativas, razão pela qual pode-se fazer contratações diretas sempre que não houver viabilidade de competição mesmo que a hipótese não esteja expressa no artigo.

A Administração Pública está autorizada pelo TCU a realização contratos Builttosuit (BTS) desde o ano de 2015, uma vez que é vantajoso para o Poder Executivo alugar o imóvel já com todas as características necessárias a implementação do seu objetivo.

“Foi feito um chamamento público, se tivesse outro imóveis em condições iguais ou semelhantes, seriam avaliados, mas não ocorreu. Em relação ao contrato, os órgãos de controle: Ministério Público, Tribunal de Contas foi disponibilizado todo o processo licitatório, contrato e demais documentos e respondemos a todos os questionamentos realizados até então”

20) Por que as obras do Complexo Hospitalar continuam mesmo após a Resolução n. 8 do Conselho Municipal de Saúde recomendar a suspensão do processo de construção e organização de complexo médico no antigo aeroporto?

Resposta: Importante destacar que o contrato prevê um período de análise de projetos complementares para a devida construção da infraestrutura do complexo. Dessa forma, considerando que o Complexo está previsto na programação anual de saúde e que o município precisa e demanda desse equipamento para atender devidamente a população, especialmente com a chegada da temporada de verão, sua continuação foi mantida.

“Temos uma meta na Programação Anual de Saúde – PAS (2.1.3 se não me engano) que lá prevê a estrutura do complexo de saúde para que pudéssemos dar vazão a demanda reprimida de média complexidade. Seguimos o que estava previsto no instrumento de planejamento, mesmo com a Resolução, que respeitamos, mas algumas decisões tem que ser tomadas e o processo continuar”

1.11 Talita Cristine Rosinski, Subsecretária de Saúde Pública

21) A Portaria Nº 10, de 3 de janeiro de 2017, do Ministério da Saúde estabelece que para que uma UPA funcione com recursos do Ministério, diversos documentos precisam ser enviados ao Governo Federal, que pode realizar uma visita técnica para verificar se todos os requisitos foram cumpridos. Se estiver tudo certo, a UPA recebe uma classificação que vai de 1 a 8, conforme a capacidade operacional

da unidade, ou seja, pela quantidade de profissionais médicos e número de atendimentos realizados aos pacientes. É importante ressaltar que a UPA Sul, no Rio Tavares, possui a classificação máxima, de número 8, para receber os recursos de custeio do governo federal. Logo, se ela for fechada, a abertura de uma nova UPA precisará passar por todo o processo burocrático novamente, para uma nova habilitação e credenciamento. Diante disso, como a Prefeitura planeja manter a classificação máxima da UPA SUL, caso transferida para o espaço do antigo aeroporto? Quanto tempo se levará para efetivar esse credenciamento? Até lá, como se pretende custear o funcionamento da UPA Sul? Qual a fonte prevista e valores orçados para isso?

-Ofício enviado ao Ministério da Saúde - MS visando aproximar e dinamizar a relação, além de agendas técnicas com a Secretaria de Atenção Especializada - SAE;

-Processos de habilitação são sempre posteriores, pois necessitam da unidade pronta para serem realizados pois incluem aspectos estruturais;

“Dos contatos realizados, obtivemos uma sinalização por parte do MS de manutenção desses financiamentos e de uma rápida transição entre estruturas. Quanto a habilitação do espaço, é necessário vistoria técnica in loco. Na pandemia, realizamos vistorias *online*, na época com a UPA Continente. A parte da vistoria não tem como antecipar. Estamos alinhados para não haver interrupção de financiamento devido a transição”.

1.12 Luana Rios Weber, Subsecretária de Gestão e Operações de Saúde

22) Solicitamos também o envio dos alvarás e licenças de construção da obra que está sendo realizada no antigo aeroporto Hercílio Luz para construção do complexo hospitalar, assim como os anexos do contrato entre a empresa Centro Comercial Carianos e a empresa Voss Engenharia para reforma do espaço que deverão conter:

- a) Desenhos dos Projetos;
- b) Especificação Técnica;
- c) Planilha orçamentária discriminativa contendo o Custo Global Inicial da Obra;
- d) Cronograma Físico;
- e) Cronograma físico financeiro executivo detalhado;Anotação de Responsabilidade Técnica de Execução

“Esta documentação vou disponibilizar para a Gerusa, Secretária executiva do CMS, é um arquivo no Drive, para compartilhar com os conselheiros”.

23) Foi realizado Estudo do Impacto de Vizinhança (EIV), conforme estabelecido pelo Decreto Nº 24.436/2022, para início das obras de construção do complexo hospitalar? Favor encaminhar o respectivo EIV, em caso positivo

Sim, foi feito e está nos anexos que serão disponibilizados para a Gerusa, Secretária executiva do CMS, para compartilhar com os conselheiros”.

24) Qual é o nome do fiscal do contrato nº 393/FMS/2023, firmado entre a Prefeitura Municipal de Florianópolis e a empresa Centro Comercial Carianos SPE LTDA?

Resposta: O contrato celebrado prevê um período para a apresentação de projetos complementares, sendo assim o setor técnico ainda estava analisando e aprovando os projetos apresentados. Esta é uma fase preliminar, razão pela qual a constituição de uma comissão de fiscalização para o contrato será nomeada nos próximos dias.

“O contrato que temos com a empresa Centro Comercial Carianos SPE LTDA é de sub-cessão do espaço, não de execução de obras. Vamos começar a pagar quando recebermos a chave e estiver tudo pronto para uso. Não necessita ter um fiscal nomeado agora, tendo em vista, já que estamos na fase inicial do projeto. Nesta fase, não tem o que acompanhar. Vamos pensar uma comissão com vários setores da Secretaria para habilitar todos os aspectos do contrato, não só a obra, durante toda a execução do contrato”.

25) A transferência da UPA Sul para o prédio do antigo aeroporto vai ampliar o tempo de deslocamento da população do Sul da Ilha até esse serviço que é essencial, principalmente entre a população que depende do transporte coletivo. Qual é a solução que a Prefeitura pretende colocar em prática para resolver ou mitigar esse problema viário?

Resposta: Ampliação de linhas de ônibus, ampliação de horário das linhas.

“Uma ação que depende de várias Secretarias da Prefeitura, não compete somente a Saúde. Toda a semana estão sendo realizadas reuniões na Prefeitura com estas Secretarias envolvidas para ver as alternativas do transporte coletivo”.

26 a) Como e com quais empresas foram feitos os contratos para execução das obras.

Resposta: A execução das obras é de responsabilidade da sub-cedente (Centro Comercial Carianos SPE Ltda.), que deverá disponibilizar e entregar a área com suas respectivas edificações e benfeitorias, em condições adequadas para o desempenho da atividade principal. A sub-cedente contratou a empresa Voss Engenharia para a execução da obra de reforma.

Ressalta-se que a obra de reforma deve ser executada conforme projeto arquitetônico e projetos complementares, sendo que estes devem ser aprovados previamente pela SMS.

26 b) Qual o período de garantia após conclusão das obras e quais multas contratuais estão previstas em função de atrasos, falhas estruturais etc

Resposta: É obrigação da sub-cedente (Centro Comercial Carianos SPE LTDA) responder por eventuais vícios ou defeitos anteriores à sub-cessão. Além desses, o contrato traz como obrigação da sub-cedente, durante toda a vigência do contrato até a sua devolução, o desenvolvimento, instalação e manutenção das instalações e equipamentos, que devem permanecer em perfeito estado de conservação, comprometendo-se a realizar, sempre que necessário, a substituição e/ou consertos dos mesmos, realizando periodicamente a manutenção preventiva, de forma a manter a área em perfeito estado de conservação.

Em caso de atraso injustificado para a disponibilização do imóvel para além de prazo de carência (6 meses), será aplicada multa de mora diária correspondente a 0,5% da prestação mensal do contrato até o limite de 100 dias. A partir desse limite, a multa passa a 1% da prestação mensal do contrato, e a partir de 150 dias de atraso fica autorizada a rescisão contratual. No caso de rescisão contratual, além da multa de mora, a sub-cedente deverá pagar multa compensatória pela extinção contratual no valor equivalente a uma prestação mensal do contrato.

“O atraso não gera prejuízo financeiro, apenas prejuízo de assistência, pois só vamos efetuar o pagamento a partir da entrega do imóvel”.

26 c) Valor total da obra e como está sendo feito os pagamentos

Resposta:

Valor total da obra: R\$ 30.732.792,03

Nenhum valor foi pago até o momento, visto que há prazo de carência no contrato, sendo o início dos pagamentos após a conclusão da reforma do imóvel.

Valor amortizado em parcelas nos 120 meses contratuais.

26 d) Quais as unidades que irão compor o complexo, qual o gasto previsto com equipamentos, quantitativo de RH, como será a contratação e qual gasto estimativo mensal (material, RH) de cada unidade, após entrar em operação.

- UPA Sul;
- CAPS 24h;
- Centro de Material Esterilizado (CME);
- Centro de Atendimento à Mulher e Criança;
- Escola de Saúde Pública
- Hospital Dia contemplando: Centro de Diagnóstico por Imagem; Laboratório de Análise Clínicas; Centro Cirúrgico; Centro de Especialidades; Centro de Oftalmologia; Centro de infusão e administração de medicamentos.

“O quantitativo de RH já disponibilizamos no slide anterior e o gasto mensal de material e RH não lançamos o edital para poder divulgar, será disponibilizado no lançamento do Edital.

26 e) Se for adotada as OS, apresentar quadro comparativo de gastos com e sem OS, por unidade.

Resposta: Será publicado em Diário Oficial junto ao Edital.

“Para garantir que haja uma competição justa entre as empresas interessadas”

26 f) Quando cada unidade entrará em operação

Resposta: A intenção é que todas as unidades entrem em operação concomitantemente no primeiro trimestre de 2024.

26 g) Qual estratégia de disponibilização de transporte público será adotada nos terminais para acesso ao Complexo

Resposta: A Secretaria de Mobilidade está estruturando proposta para remodelação de linhas de transporte no sul da ilha.

26 h) Qual a estratégia de acesso ao complexo nos dias de jogos na Ressacada?

Resposta:

-Há a perspectiva de abertura da base nos dias e horários de jogos para circulação geral (atualmente apenas transporte público e carros oficiais);

-Outras estratégias estão sendo estudadas pela Secretaria de Mobilidade Urbana e devem ser apresentadas brevemente.

2. Esclarecimentos e atualizações de informações sobre a UPA Sul.

2.1 Gerusa Machado, Secretaria Executiva CMS

Explicou que foram respondidos os questionamentos mandados ao Conselho e portanto, se abriria esse momento para debate, perguntas e considerações. Convida os conselheiros e presentes a fazerem suas manifestações.

2.2 Sandra Marisa Creczynsk, Associação ALEGRE MENTE

Cumprimentou a todos e questionou para Luana se este tipo de contrato prevê uma licença de licitação ou é utilizado outro esquema de contrato. Perguntou também se existe um limite de valor para este modelo de contrato. Outra questão que expôs é se no Hospital Dia não haveria atendimento de emergência, onde os usuários seriam amparados ou acolhidos.

2.3 Talita Cristine Rosinski, Subsecretária de Saúde Pública

Respondeu que estes atendimentos mencionados por Sandra são classificados como atendimentos cirúrgicos, portanto, devem ir a UPA onde há este serviço disponível e possui estrutura e suporte para avaliação de especialidades. Reforçou que o Hospital Dia irá fazer procedimentos eletivos agendados previamente.

2.4 Karina Andrade, Assessoria Jurídica – SMS

Saudou a todos e se dispôs a sanar dúvidas. Respondeu à Sandra que na Lei das Licitações que a SMS como administração pública precisa para ter algo ou contratar algum serviço são estudada há muito tempo pela Jurisprudência e são exemplificativas e demandam a não viabilidade de compreensão, ou seja, não existe outro bem ou serviço que consigam contratar que faça o mesmo objetivo. Contou que a SMS publicou uma consulta pública solicitando um imóvel com as características que a equipe técnica propôs e não houve nenhuma proposta além daquele único possível para aquele tipo de serviço de contratação. Disse ainda que desde 2015 o Tribunal de Contas da União permitiu que o Poder Público contratar através de uma inexigibilidade de licitação um imóvel que já fosse adequado para aquele objetivo. Ou seja, que ele não precisa ser adequado naquele momento, por isso o contrato prevê aprovação dos projetos e período de carência. Repetiu que o único imóvel adequado para o serviço em Florianópolis, foi o do antigo aeroporto e explicou que fizeram o contrato de locação por encomenda, qual é legalizado pela Jurisprudência e Tribunal de Contas. Finalizou pontuando que o contrato vem do regime diferenciado de contratações que também é previsto na Lei de Licitações, Artigo 113º e também no Artigo 74º que prevê a locação de imóvel para um serviço de Administração Pública.

2.5 Carla Ayres, Vereadora CMF

Agradeceu ao Conselho pelo convite e à equipe da SMS e Subsecretária pela disposição de estarem ali. Carla iniciou sua fala expressando algumas questões:

1. Do por que a obra inicial de reforma do prédio da UPA Sul não ter sido repassada para outra empresa;
2. Que já que o prédio onde a UPA Sul estará utilizado para outra estrutura da Prefeitura Municipal na possível transferência, que também precisaria de reforma, por que não reformar para a UPA continuar;
3. Questionou se em relação a reposta feita sobre a Portaria nº10 complementada com um anexo sobre instalações físicas da UPA não poder ser infra estrutural a um modelo de Hospital;
4. Em caso de urgência e emergência, se os leitos do Hospital Dia não utilizados durante a noite serão complementares a estrutura da UPA, que funciona 24 horas;
5. Questionou o chamado de Hospital “Multifuncional” já que diz serem conceitos diferentes;
6. Se o funcionamento do Complexo depende financeiramente dos aportes da UPA Sul e portanto a necessidade que seja anexa a este Complexo Hospitalar que está sendo proposto;

7. Se há garantia de custeio enquanto não houver habilitação na transição da UPA;
8. Sobre o contrato dos 10 ou 23 anos que é o tempo que Zurich tem de concessão, afirmando que foi dito que há uma “ideia” de que venha esta estrutura para o município daqui a 10 ou 23 mas, se estão falando de saúde pública, que este “há uma ideia” não garante efetivamente que virá e questiona como estão trabalhando essa questão;
9. Que foi dito que o custo é de R\$ 30.400.000 mas no contrato estabelecido entre a Centro Comercial Carianos e a Voss Engenharia é de 27.500.000 milhões. Qual a diferença de 3 milhões?

2.6 Humberto Santos, Secretário Adjunto de Saúde

Respondeu à Carla que houve sim um outro chamado para continuar a obra na UPA Sul, mas a empresa não demonstrou interesse. Que então fizeram um levantamento e atualização de todos os projetos e que seria necessário uma obra no prédio inteiro, que resultou naquele maior valor. Disse ainda que a empresa foi notificada cumprindo o processo legal de licitação, para que não participasse mais de nenhuma obra pública com os devidos trâmites e protocolos nos órgãos que eram necessários. O processo ainda se mantém pois a empresa está recorrendo. Ao questionamento referente ao que será feito do local, ele responde que a ideia é colocar serviços administrativos no prédio, que não possui a mesma demanda de um serviço de saúde que seria necessário como uma UPA.

2.7 Talita Cristine Rosinski, Subsecretária de Saúde Pública

Pontuou que o Hospital Dia não tem nenhuma relação direta com os serviços da UPA. Então, que o paciente será atendido no Hospital Dia e caso não demonstre estabilização, será transferido para Rede Hospitalar. Expressou não haver nenhum serviço compartilhado, exceto a radiografia e os laboratórios, que tem em todas UPAS e funcionam 24 em apoio a estas duas estruturas. Reforça que não há cirurgia de emergência no Hospital Dia, que isso não é previsto e nem é permitido na Portaria. Disse ainda que não utilizariam os leitos hospitalares do Hospital Dia a noite para a UPA, pois é prevista ampliação de área física dentro do Complexo de 400m² a mais, portanto, haverá mais leitos de observação. Explicou também que as Portarias da UPA tem dinâmica própria, as quais falam de ser um estabelecimento de curta permanência portanto, salvo as exceções (como no caso da pandemia) a regra é que o paciente receba o primeiro atendimento, tenha uma estabilização e vá para o ambiente hospitalar caso precise manter-se internado. Respondeu também que o nome “Multi-hospital” refere-se somente ao Hospital, e não mantém relação entre os serviços do Complexo de Saúde. Disse ser um “nome fantasia” que alude ao fato do hospital ter mais de um serviço. Em relação a habilitação, disse que não mudarão ou perderão a habilitação da atual UPA Sul enquanto ela estiver em funcionamento e a intenção é que façam a transição entre unidades sem que a população fique um dia sequer sem uma UPA disponível no Sul da ilha. Falou que o município tem um recurso vinculado de R\$500mil, o qual se divide em dois sendo um deles referente a UPA estar cadastrada, então não será renovado e a habilitação é para quando comprovam que a estrutura da nova UPA Sul está **qualificada e** tem custeio desses outros R\$ 250mil. Falou que o trabalho com o MS é para que esta avaliação da nova unidade ocorra o mais rápido possível. Talita lembrou que na abertura da UPA Continente demoraram para receber o recurso, mas depois receberam o retroativo desde a data do início da estrutura, então que entendem que não deve haver desfinanciamento dentro da competência do ano em que estão fazendo a gestão da unidade. Além disso, pontuou que o recurso do Ministério compreende uma fatia que não é nem metade do custo da unidade, então que tudo que precisam para sustentar a unidade pode sim ser pago com o recurso próprio e nos meses subsequentes

em caso de atraso se utilizar do recurso macro. Então, que exige uma margem de segurança que já se utilizaram em outros momentos em que usaram de habilitação.

2.8 Luana Rios Weber, Subsecretária de Gestão e Operações de Saúde

Complementou que em relação a diferença dos valores entre contrato das Empresas Voss e Carianos é referente ao custo raso da obra, que são despesas que não compõem o custo de material em si, mas sim outras despesas relacionadas daquela obra.

2.9 Patrícia Barreto, Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Florianópolis - SINDSAÚDE

Parabenizou pelas informações acrescentando que precisam de muitas discussões sobre o assunto visto que alguma coisas ainda não estão claras. Fez alguns questionamentos, sendo eles:

1. Quanto tempo falta para obra ser terminada, comentando que um grupo de vereadores não conseguiram verificar e pontuando a importância de se ter uma transparência.
2. Por que criar no Carianos uma estrutura de atendimento à violência contra a mulher, se podem realizar este serviço na estrutura já criada, que é a Policlínica da Mulher e da Criança.
3. Questionou o porquê do abandono e falta de manutenção no prédio da UPA Sul para depois ter que realocá-la em outro lugar, como o Carianos, gastando ainda mais recurso público e tendo dificuldade com a transparência desse processo.
4. Questionou se foi feito estudo sobre a necessidade de um CAPS no sul visto que a necessidade que os conselheiros deliberaram nas Conferências foi sobre a importância de se ter CAPS no Norte da ilha;
5. Relembrou que o Conselho sendo deliberativo por que essas informações não vieram da obra começar;
6. Mencionou que ainda não se tem como certa a qualidade da OS da UPA Continente, ou a melhoria do serviço, por isso quer saber por que criar e entregar estruturas da saúde para uma OS, se inclusive a saúde do Município sempre foi de excelência;
7. Sobre os profissionais que serão mantidos na UPA Sul e sobre os que serão contratados, de que forma serão contratados, se por contrato de tempo determinado ou por concurso público;
8. Antes de concluir sua fala, pontuou a dificuldade da falta de profissionais em todos os postos.

Finalizou reforçando a importância na transparência dessas informações.

2.10 Talita Cristine Rosinski, Subsecretária de Saúde Pública

Sustentou que falaria das especificações mais técnicas na pergunta da Patrícia, quais são, referente à por que não se utilizar da estrutura da Policlínica da Mulher e da Criança, afirmou que esta pergunta já foi feita em plenária anterior e já naquela ocasião levantaram que a estrutura que está prevista para atendimento da criança e mulher em situação de violência inclui também dispositivos de segurança pública, então que possuem a Polícia Civil e Polícia Científica trabalhando integrada com a saúde para além da própria Assistência Social do município e de outros dispositivos de apoio. Ressaltou que não conseguiriam montar este tipo de serviço e correlações na estrutura da Policlínica por que esta não pode

operar 24 horas por sua natureza ambulatorial e seu horário de funcionamento restrito, além do compartilhamento de alguns serviços que esta estrutura precisaria.

Então existe uma série de cuidados os quais somente a estrutura do Complexo consegue atender. Disse ainda que a casa está sendo inspirada no Hospital Pérola Byington, que é um Hospital referência em cenário nacional em São Paulo. Em relação ao CAPS, defendeu que não estão falando de uma escolha, pois irão fazer em ambos os locais, um no Complexo Sul e um no Norte, que inclusive está previsto na PAS até 2025. Talita contou que pediram uma resolução de aprovação do Conselho para solicitar o recurso do novo PAC para construção deste CAPS que terá estrutura 24 horas no Norte da ilha, pois entendem que a cidade tem esta necessidade e precisam melhorar esta oferta de serviços.

2.11 Humberto Santos, Secretário Adjunto de Saúde

Em relação ao andamento da obra, alegou que conseguiram o alvará da Vigilância Sanitária aprovado na semana anterior e os projetos complementares estão sendo executados. Que está sendo fechado o canteiro de obras e a parte do CAPS sendo conduzida por não precisar de aprovação na Vigilância. Enquanto isso, está acontecendo a aprovação dos outros órgãos como as consultas feitas a Celesc e Casan. Com relação a estrutura do prédio, o que pode dizer é que entre 2013 e 2016 foi iniciada uma obra que abrigaria a UPA da Criança e que foi paralisada, mais tarde foi feita uma licitação no valor de mais de R\$ 3 milhões, para reformar a empresa abandonou. Quando atualizaram o projeto para retomar o processo da obra verificaram que era um valor bem mais elevado do que se pensou inicialmente e por isso se cogitou fazer um projeto maior que abrangesse outras demandas de saúde do município, que seria o Complexo.

2.12 Marcos Ferreira, CLS Campeche

Expressou estar pasmo com a reunião. Disse que foi à plenária para tratar dos problemas que aparecem no debate acerca do Complexo, porém, que parece não haver problema algum. Que a imprensa está dizendo que a Polícia Federal abriu inquérito, o TCE achou 19 diligências e o Ministério Público está investigando que há indícios de programas importantes no processo de instalação no antigo aeroporto. Marcos afirmou que não consegue se manter dentro do assunto pois está sendo empurrado para outro. Defendeu que as pessoas do Conselho Local de Saúde do Campeche não querem que a UPA Sul seja removida pois acham ser uma perda no atendimento da população daquela região, porém, que estão falando de problemas diferentes. Que o primeiro problema é que o Conselho Municipal de Saúde, em Julho, solicitou que interrompessem o processo para que fosse apresentado os motivos pelos quais queriam fazer esta obra no antigo aeroporto já que tiveram uma Conferência Municipal de Saúde, momento em que a sociedade parou para discutir saúde, e o Prefeito não falou nada sobre o Complexo, portanto, não houve notícia sobre isso. E quando houve a notícia, os Conselhos Locais e Municipal de Saúde, que os representantes quanto conselheiros, pediu mais informações sobre, não obtiveram e solicitaram a interrupção da obra até que as tivessem. Porém, que naquele momento, estavam discutindo detalhes do processo. Destacou estarem com a presença do Vereador Afrânio, o qual tem sido dedicado a estudar os acontecimentos e tomou providências mas não puderam ouvi-lo pois estão presos a discutirem uma pauta que entra nos detalhes do acontecimento. Sugeriu que teria sido melhor que estas perguntas fossem enviadas por escrito e eles pudessem fazer uma conversa

sobre o que estaria acontecendo. Afirmou respeitar muito os técnicos e os profissionais de saúde mas que não faz sentido para ele. Reforçou haver problemas que lhe parecem importantes em relação a construção.

Disse ainda que eles do CLS Campeche estão manifestando preocupação com a forte previsão de Dengue na cidade, que ficará pior com o calor e com o turismo no verão, além da Chikungunya, que é pior que a Dengue e já está com 7 casos confirmados na cidade e 7 mil focos do inseto que transmite os dois. Porém, que a máquina da Prefeitura está dedicada a divulgar uma solução que segundo ele, não sabem nem de onde saiu. Expressou não fazer sentido criar um Hospital Municipal para depois entregá-lo para iniciativa privada administrar. Propôs que, se há problemas que ocasionem investigações policiais e do TCE, que parem o processo e discutam o que está acontecendo, e então, que o CMS entrasse com uma ação que interrompesse esta anormalidade instalada e que convocasse os conselheiros locais para uma Plenária Municipal que não ficasse em torno de discutir estas respostas, que são importantes mas que naquele momento, precisavam dedicar o tempo de debate as questões que os afligem, como a de falta de médicos e profissionais de saúde, além da ameaça da epidemia da Dengue. Disse ainda que o Vereador Afrânio sequer deveria se inscrever para falar, pois é uma autoridade do Município e tem feito um trabalho importante para a saúde e por isso deveria ter espaço para falar sem inscrição ou limitação de tempo. Reforça o pedido de um chamamento dos Conselheiros Locais para uma reunião que possa ter a presença do Afrânio, por exemplo, para conhecerem os detalhes disso.

2.13 Humberto Santos, Secretário Adjunto de Saúde

Defendeu que todas as perguntas foram feitas pelos conselheiros e a Secretaria da Saúde acolheu e respondeu conforme solicitado pelo Conselho.

2.14 Talita Cristine Rosinski, Subsecretária de Saúde Pública

Esclareceu também que foi a Mesa Diretora que trouxe a proposta e definiu a metodologia da reunião. Lembrou também estarem falando de uma Plenária Extraordinária convocada para esta finalidade, então que os temas trazidas por Marcos tem sido discutidas em outras reuniões ordinárias e são foco de preocupação.

2.15 Luana Rios Weber, Subsecretária de Gestão e Operações de Saúde

Respondeu que referente aos apontamentos do Tribunal de Contas e Ministério Público, as diligências são questionamentos normais e acontecem com diversos tipos de contratações, mas que não há medida cautelar ou pedido de suspensão do contrato e portanto, nenhum impedimento de continuar a obra

2.16 Talita Cristine Rosinski, Subsecretária de Saúde Pública

Acrescentou que existem vários espaços de discussão e que a gestão pública tenta em cima dos instrumentos de gestão fazer o seu trabalho. Que tem a aprovação do CMS para inclusão do Complexo na PAS. Que está nos Instrumentos de Gestão. Falou ao Marcos que como Conselheiro, ele fez parte do processo de aprovação da PAS, que mencionava o Complexo.

2.17 Albertina Prá da Silva, União Florianopolitana de Entidades Comunitárias - UFECO

Agradeceu o pronto atendimento dos técnicos para responderem aos questionamentos enviados por escrito a pedido dos Conselheiros. Elogiou a quantidade de pessoas no auditório e seguiu para o assunto em questão dizendo que iria se ater a defesa do espaço de participação e controle social. Mencionou a pergunta 20, que fala do documento do Conselho aprovou naquela reunião extraordinária uma Resolução sobre o Complexo, que foi ignorado pela gestão. Que fizeram a Resolução pela falta de informações que só estão chegando a partir dos questionamentos do Conselho, e ainda assim faltam muitos dados. Disse se sentir desrespeitada enquanto conselheira por que neste de entrega para as Organizações Sociais (OS), estão sendo desrespeitadas duas legislação bem objetivas do Município que é a lei de criação do Conselho que é clara em relação ao papel do Conselho de aprovar mudança de gestão. Então quando se discute gestão por OS precisa ser aprovado pelo conselho e pela Lei que criou o “Programa Saúde e Educação Já”, na Gestão do Prefeito Gean Loureiro que estabelece que se apresente ao Conselho um estudo contendo documento comprobatório demonstrando que o serviço por OS é mais econômico e satisfatório e que o Conselho precisa entender isso para apreciar o sistema de gestão por OS e ainda não apareceu este documento, salvo engano que na reunião extraordinária o solicitaram pois o que foi apresentado não era suficiente. Disse ter visto a propaganda do Prefeito onde ele diz ter ouvido a comunidade a saúde e a educação de Florianópolis está “uma beleza”, o que acredita não fazer jus a realidade, apontando ainda que no ano anterior solicitaram uma reunião e até hoje ele não atendeu, assim como não atende as deliberações dos delegados das últimas Conferências de Saúde do Município, que disseram: “Privatização não, OS não!” Então, questionou Albertina, a quem ele estaria ouvindo? O mesmo vale para os profissionais de saúde que estavam defendendo saúde pública sem OS. Tina pontuou que quer entender quem é que ele está ouvindo. Demonstra decepção com os servidores públicos estarem privatizando a saúde porque querendo ou não fizeram Concurso Público e agora estão trabalhando para privatizar. Os conselheiros sabem que a saúde não está bem com redução de estagiários e servidores que não foram recontraçados, que está faltando profissionais por toda a rede e precisam discutir acerca do dia a dia no Centro de Saúde e nas UPAs onde o tempo de espera só faz aumentar. Acrescentou que a Secretaria também está com problemas para levar os pacientes para tratamento de hemodiálise e diversas denúncias estão chegando aos conselheiros por essa interrupção no atendimento. “O que está acontecendo? No início do ano havia uma alta arrecadação da Prefeitura, com repasse para a Secretaria que foi considerado superavitário. Então porque estes cortes para economizar e economizar para quem se o serviço de saúde pública é essencial? O Município com seus recursos públicos tem que priorizar a saúde e não entregar para OS” defendeu Albertina. Reforçou o desrespeito com as duas leis e com o trabalho do Conselho e expressou que a entidade que ela representa vai buscar os seus direitos em respeito a legislação. Expôs que continua defendendo o SUS público.

Finalizou chamando atenção para sua blusa, que referenciava ao fato de que a Celesc e a Polícia foram ao Morro do Quilombo e cortaram a luz de várias moradias por irregularidades, sem que houvesse uma prévia conversa ou negociação. Reforçou que a gestão do Município tem responsabilidade nisso pois a questão da luz também é saúde pública.

2.18 Afrânio Boppré, Vereador CMF

Parabenizou a equipe que formulou o conjunto de perguntas, que o considerou bastante amplo e complexo e agradeceu a equipe que respondeu mesmo que não soubessem boa parte das respostas. Disse que a primeira questão é que o Prefeito no dia 9 de janeiro deste ano anunciou nas redes sociais que ele estava em negociação com a Flórida Airport e questiona se a Secretaria de Saúde com o Fundo Municipal

de Saúde que é o contratante participou desde o primeiro momento quando o Prefeito fez inúmeras visitas para realizar esta negociação.

Ou foi feita uma consulta pública "mequetrefe" dia 21 de março sendo que a empresa que se habilitou para dizer que tinha um imóvel nos termos desta consulta que exigia um amplo espaço para estacionamento. A empresa que se habilitou foi a Floripa Airport no entanto, o Fundo Municipal de Saúde (FMS), fez um contrato com a empresa que não se habilitou com um CNPJ, e que tinha sido criada 5 dias antes da consulta, com nome de Centro Comercial Carianos que no contrato está claro que era um empreendimento comercial, talvez um Mini Shopping já que os donos da Carianos são os mesmos donos da Floripa Shopping. Que fizeram outro acordo que o Ministério Público Estadual chama de "triangulação" entre a empresa, o Centro Comercial Carianos, a Floripa Airport e o Fundo Municipal de Saúde. Em seguida leu o despacho do Ministério Público, que dizia: "..Que todo o esforço para concretizar esta triangulação causa estranheza levantando suspeitas, quando a legalidade da sub-cessão e também se existe o aval da ANAC da agência nacional da aviação civil que é o poder último, também causa espécie a postagem realizada pelo Prefeito que desde o dia 9 anunciou que já estavam sendo anunciadas tratativas" lembrando que o Prefeito falou em sua postagem sobre negociações, ou seja, dando clara informação para os Órgãos de Controle de que o processo está viciado e foi dirigido. Disse ainda que é como se a Secretaria de Saúde quisesse comprar caneta, fizesse uma consulta pública e aparecesse somente uma empresa. Não é verdade que tem que fazer dispensa de licitação, que ela obteve uma informação e que o ato seguinte seria de fazer licitação para ver se aparecem outras empresas que também querem ofertar o serviço. Que o que ocorreu foi que fizeram a consulta pública e dispensaram a licitação em nome da consulta pública. Erraram quando fizeram a dispensa pois deveria fazer segundo o espectro do TCE pelo Regime Diferenciado de Contratações Públicas o RDC e a Lei 12462 e eles fizeram a dispensa da licitação para favorecer uma empresa por uma lei errada, pelo artigo 74 da lei 13.444. Então, que as respostas que foram dadas parecem estar certas, mas não estão.

Disse que estiveram no local para fazerem a fiscalização enquanto Vereadores e três comboios da Polícia os impediram, que solicitaram o alvará da construção e não tinham, que não tinha a placa da engenharia responsável e teve que comunicar o CREAS e pediu um Estudo de Impacto de Vizinhança, que foi apresentado somente em setembro ou seja que a Prefeitura deixou a obra correr sem Estudo de Impacto de Vizinhança, que deveria ter sido feito antes e que foi apresentado para construção e instalação mas não para operação, que é Lei Municipal inclusive. Portanto, que as perguntas parecem estar todas respondidas, mas que a luz das evidências não estão pois tem Polícia Federal fiscalizando, Ministério Público Estadual. Controladoria Geral da União em cima de um contrato. Isso só porque tem mobilização social dizendo que a "UPA Sul fica". Repetiu o bordão e foi acompanhado em coro por outros conselheiros. Defendeu ser isso que está faltando na Câmara dos Vereadores, que tentaram 5 vezes Audiência Pública. E porque não tiram ali fazer uma audiência pública no Conselho Comunitário do Rio Tavares e levam para aprovação da comunidade a decisão e não nessa triangulação com um contrato cheio de suspeitas por todos os lados. R\$ 41 milhões a empresa com dispensa de licitação que tem dois sócios bilionários, a empresa que foi aberta em 16 de março com capital social de R\$ 10 mil reais para uma obra de R\$ 31 milhões de reais e estão dizendo no contrato que a empresa tem expertise, que nunca "construiu uma casinha de cachorro" mas que para o Prefeito e a Secretaria pode concluir um Hospital, uma UPA. Reforçou que não houve discussão com a comunidade; que o contrato está cheio de suspeitas, de vícios, que a empresa não tem expertise e estão achando que está tudo certo mas que está tudo errado nesse contrato e que para o bem da saúde pública e interesse da comunidade ele tem que ser

anulado. Que não devem concordar com esta barbaridade. Repete o coro cantando que a UPA Sul fica!! Questionou por fim se a Secretaria acompanhou desde o primeiro momento as negociações que o Prefeito iniciou quem elaborou este contrato.

2.19 Karina Andrade, Assessoria Jurídica – SMS

Disse que sim, houve este acompanhamento desde o início e o projeto de em si veio pela Secretaria de Saúde mas foi executado por outra Secretaria, a de Administrações e Contratos. Vem da Secretaria de Licitações e Contratos. Como divulgado pelo Prefeito no início, o imóvel do aeroporto era um imóvel que já era utilizado pela Secretaria Municipal de Saúde durante o Covid, e estava na mira da Secretaria que estava desde o primeiro momento pensando em toda a estrutura do Complexo. Confirma que a Secretaria sabia sim desde o início que seria o Complexo.

2.20 Talita Cristine Rosinski, Subsecretária de Saúde Pública

Resgatou que em uma das primeiras reuniões quando ainda estavam discutindo as possibilidades para a reforma da UPA Sul os técnicos da Secretaria, ainda na gestão anterior do Dr. Paraná já tinham feito a prospecção de lugares no Sul da Ilha onde pudessem adequar um espaço de saúde com características similares as que pensaram para o serviço do Complexo, então que neste sentido, de fazer indicações de lugares e espaços possíveis que já tinham sido observados ou utilizados pela Saúde em outros momentos então os técnicos e a Secretaria Municipal de Saúde participaram da indicação.

2.21 Afrânio Boppré, Vereador CMF

Em relação aos estudos, assegurou ter os documentos a mão, então que o que foi feito foi que para fazer a reforma da UPA Sul se entendeu como uma das opções possíveis a transferência temporária da UPA Sul no território nada de CAPS nada de UPA definitiva nada de Hospital Dia ou Centro de Referência, para efeito de criar as condições para transferir somente para fazer a obra, tanto é que no princípio pensaram em colocar no Carianos houve mobilização e desistiram, logo em seguida o Alto Ribeirão, tentaram e assim por diante. Apresentaram um estudo técnico com os pontos positivos e negativos de alguns lugares inclusive o Aeroporto antigo que também foi descartado pelos técnicos da Secretaria. Então estava se discutindo mas coisa bem diferente de uma mudança permanente.

2.22 Humberto Santos, Secretário Adjunto de Saúde

Defendeu que o todo o processo está sujeito aos Órgãos de Controle, como o senhor bem sabe, todo o processo da contratação, da execução do Complexo de Saúde esta nas mãos de todos os meios de Controle então a partir do momento em que vier uma devolutiva desses órgãos orientando qualquer coisa será feito mas até o momento estão continuando porque não veio nada mandando parar. Referente aos questionamentos serão respondidos como em todos os processos licitatórios que tem sido dessa forma. Afirmou que todos os técnicos da casa estão na reunião justamente para tirar qualquer tipo de dúvida sobre esse assunto.

2.23 Karina Andrade, Assessoria Jurídica – SMS

Argumentou que a Lei de licitação, depois de uma chamada ou consulta pública, permite à Administração Pública utilizar o que é mais vantajoso, a então a contratação direta por inexigibilidade, que não foi uma dispensa mas sim uma inexigibilidade foi vantajosa.

2.24 Afrânio Boppré, Vereador CMF

Reforçou sua fala de que a Secretaria ou Fundo Municipal de Saúde fez o contrato com uma empresa que não se habilitou na consulta pública, inclusive, fora do prazo.

2.25 Luana Rios Weber, Subsecretária de Gestão e Operações de Saúde

Respondeu que no documento, a Floripa Airport estaria disponível para que a SMS utilizasse o imóvel informou que a empresa não teria como fazer sua própria Pessoa Jurídica. Passou a palavra para Karina, dizendo que está saberia responder melhor.

2.26 Karina Andrade, Assessoria Jurídica – SMS

Falou que a questão da ANAC já foi respondido e a ANAC quando fez o contrato de sub-cessão com a Zurich, ela deixou claro no contrato que a Zurich tinha completos poderes. Assegurou que enviaria ao Prefeito este contrato, após solicitação dele de que este fosse apresentado. Que como a ANAC deixou no contrato que a Zurich tinha total poder para negociar com terceiros, a Zurich negociou com a Carainos os projetos complementares e a construção, pois a Zurich não o faria.

2.27 Gustavo Jubiraci Droguetti Lanza, Conselho Distrital de Saúde Sul

Comentou que a empresa Carianos também não possuía habilitação para realizar a obra. Alguns Conselheiros solicitaram resposta para a questão do prazo levantado pelo vereador.

2.28 Luana Rios Weber, Subsecretária de Gestão e Operações de Saúde

Respondeu que este terminava no domingo, e foi respondido na segunda feira, devido ao dia útil.

2.29 Afrânio Boppré, Vereador CMF

Disse ter a consulta, que dizia “5 dias corridos” ou “5 dias seguidos” defendendo não haver nada sobre dias úteis. Disse inclusive achar um prazo suspeito para um empreendimento de 41 milhões de reais sendo que o Prefeito já estava em negociação em janeiro. Afirmou ainda que com toda a triangulação, a empresa tinha informações privilegiadas que sairia uma consulta pública.

2.30 Valter Euclides Chagas – CLS Rio Tavares

Argumentou que os Órgãos Públicos e setores democráticas não são escutados. Fez um relato pessoal de quando havia o Departamentos de Saúde Pública e hoje tem 50 Centros de saúde que só foram criados com o engajamento dos Conselhos Locais e participação da comunidade. Diante disso, parabenizou o Conselho Municipal de Saúde, mas demonstrou tristeza pelo prefeito não te convocado o Conselho Municipal e Conselhos Locais de Saúde para discutir este tema. Destacou a importância de se escutar a comunidade, que foi assim que conquistaram o que tem atualmente. E naquele momento, que não puderam participar deste projeto no Sul da Ilha, onde ele cresceu e foi criado, que “nem Hospital é”. Opinou que a UPA deveria ser melhorada, por a estrutura é boa e esses 30 milhões serviriam para esta

obra. Que a localização da UPA no complexo é ruim, e mesmo se colocassem linhas de ônibus haveria fila que costumam ser de 1 hora, então que dificulta a locação dos usuários. Encerrou expressando decepção e descontentamento com a falta de transparência com o Conselho.

2.30 Lisia Maria Barth, Conselho Distrital de Saúde Norte

Disse que não teve na apresentação nada sobre “Um Hospital 12 horas”, que acredita que isso causará um problema na questão do paciente precisar ser transferido considerando que não há ambulâncias suficientes no Município. Reforçou a necessidade de um Hospital no Norte da ilha, que foi levantado na Conferência, mostrando a falta de preocupação do Prefeito em ouvir o Conselho. Também apontou para a ausência da Secretária nas reuniões, afirmando que o Dr. Paraná, sempre compareceu nas reuniões plenárias. Que considera isso um desrespeito consigo e com os conselheiros. Finalizou defendendo que irá lutar em contraposição as OS, pois já levou gás de pimenta anteriormente na Câmara dos Vereadores e não se importa em levar de novo.

2.31 Rosana Isabel dos Santos, Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de SC - SINDFAR/SC (Suplente)

Se apresentou e elucidou que sua primeira participação no Conselho foi justamente na reunião do final de Junho em que foi apresentada a planta do Complexo de Saúde, e inclusive contou com a presença da Secretária. Disse não ter se manifestado naquele momento, mas que lhe chamou atenção os ambientes previstos e os tipos de atividades e consultas e que não havia farmácia prevista. Comentou ter achado estranho a parte de atendimento à mulher que sofreu violência relacionado ao que foi falado sobre os dispositivos de segurança. Relatou que, a partir de sua própria vida e de quando foi estudante, a força de quem ela mais tinha medo, era justamente a policial. Que conseguiu naturalizar isso, mas que recentemente este medo voltou a partir de alguns momentos ruins. Falou que a cada resposta dada pelos técnicos, lhe causavam ainda mais dúvidas, as quais só ficaram mais claras após a fala do Valter e do Vereador Afrânio. Exprimiu que os manifestos feitos desde a apresentação do Complexo, até agora, não estão devidamente respondidos, quais são, a transferência da UPA Sul, a localização desse Centro (ambas em unânime posição contrária dos conselheiros e população), a questão dos valores envolvidos, a empresa aberta somente em Maio e diz em suas atividades principais são:

1. Gestão e Administração da propriedade imobiliária, ao qual ela indicou como sendo “uma espécie de anfitrião de aluguel”;
2. Agenciamento de espaços para publicidade;
3. Aluguel de imóveis; e
4. Estacionamento de veículos.

Portanto, é esta empresa que está fazendo a triangulação de uma reforma que envolve milhões. Além disso, levantou um último ponto da preocupação do setor público fazer todo este esforço e depois ter que devolver o espaço quando acabar a cessão. Que já escutava reclamações do Continente e Norte da ilha de descontentamento e agora o cenário está se repetindo.

2.32 Talita Cristine Rosinski, Subsecretária de Saúde Pública

Em relação aos serviços farmacêuticos, alegou terem encaminhados as plantas em sua última versão permitindo que cada um dos dispositivos tem o dispensado ou a estrutura farmacêutica compatível com a atividade. Que em primeiro esboço as estruturas ainda não estavam com todas as especificações finalizadas. A respeito da Segurança Pública compartilhar o espaço de atendimento da mulher, questionou se as representantes da Integração Assistencial estavam presentes, mas lembrou que não estão falando de uma delegacia de polícia convencional, mas sim de pessoas treinadas e específicas para acolher estas mulheres em situação de violência. Disse também que não misturam agressor e vítima. Que o atendimento que está previsto enquanto apoio da Segurança Pública para estar dentro do Complexo é

referente a continuidade no acolhimento. Respondeu ao Valter, que referente ao convite do CLS para discutir acerca da UPA Sul, ela se sente mais confortável para responder questões de pertinência técnica. Como por exemplos as questões trazidas sobre a violência contra a mulher, ao qual ela convidou a Daniela para falar sobre, visto que esta tem mais especialidade.

2.33 Daniela de Liz Caldeiron

Esclareceu que seria para um atendimento conjunto e compartilhado entre a Polícia Científica e Civil, o qual já existe em alguns estados e Florianópolis usou este modelo de atendimento. Que se encaixam nestes tipos de atendimento, por exemplo, o registro de boletim de ocorrência, coleta de registro, entre outros. Disse ainda que o previsto é que as equipes de atendimento sejam formadas por mulheres.

2.34 Gerusa Machado, Secretária Executiva do CMS

Solicitou silêncio e pediu aos conselheiros que respeitassem as ordens de fala. Passou a palavra à Josimari.

2.35 Josimari Telino de Lacerda, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Saudou a todos. Apontou que a discussão estava pautada em dois pilares: 1. A economia: que vamos passar o recurso a longo prazo, e que portanto isso justificaria todas as etapas. 2. Esta é uma proposta já aprovada nos Instrumentos de Gestão por este Conselho. Iniciou sua explanação pelo segundo pilar. Colocou que tem um item que pode ser atribuído a este Complexo dentro da Programação Anual de Saúde – PAS 2023/2024. Fez a leitura do item, por ser importante o Conselho Municipal de Saúde esclarecer a comunidade e também serve como aprendizado e um alerta aos conselheiros: “Equipe técnica, doravante por parte desta Conselheira, todo e qualquer Instrumento de Gestão, se não vier com detalhamento minucioso, não passará. Por que vou dizer isso, porque quebrou-se a confiança desta conselheira que sempre teve o maior cuidado com análises. Vocês sabem, pois sempre me disponibilizei a discutir para aprimorar e deixar os dados mais transparentes. Este item que vou ler foi aprovado por este Conselho na reunião do dia 13.04.2023 quando a Secretaria solicitou ajuste na PAS que nós aprovamos no ano anterior. Foi no dia 13 de abril, quando tudo já havia sido discutido, estava em tramitação e nós, conselheiros, não notamos. Temos que reconhecer que não notamos o que poderia se dimensionar o seguinte item que está na Meta 1.1.2 item 4. A Meta 1.1.2 se refere a *reduzir os anos de vida perdidos por mil habitantes. O item é – estruturar o complexo de saúde integrado e centrado no usuário*. É isso que nós aprovamos: complexo de saúde integrado e centrado no usuário. Isso foi acrescido na reunião do dia 13.04, pediram para aprovarmos esses ajustes na Programação Anual de Saúde, mas nós não perguntamos o que era isso. Mas na Meta 2.2.3 que se refere a adequar 80% das Unidades de Saúde da Secretaria consta dentre as listas: a construção do CAPS IV, que questionávamos, e reforma e ampliação da UPA SUL. Consta na mesma PAS, mas não está escrito que será construído outra UPA SUL, em outro lugar. Então, este Conselho não foi esclarecido de que essa tal reforma e ampliação iria ser uma construção. Então se é para cumprir o Plano, a UPA Sul deve ser reformada e ampliada aonde ela está. É isso que este Conselho aprovou. Só para esclarecer esta questão e pedir desculpas para a comunidade por não termos atentado a este item acrescido pela gestão em abril deste ano”.

Continuou a análise, abordando o primeiro pilar: o aspecto econômico. Falou que tínhamos a UPA Sul a ser reformada por cerca de R\$3.000.000,00 que com novo contrato, e com ampliação de itens, aumentou para R\$10.000.000,00 em 2021. “Esse valor foi aprovado para funcionar naquele lugar. Era R\$10.000.000,00 o nosso investimento. Que agora temos uma justificativa para o empréstimo do Banco do Brasil (se não me engano, seria de R\$55.000.000,00), que acredito que será pago em suaves prestações. Então não precisaríamos estar desembolsando todo, esse valor do empréstimo que só apareceu para nós na aprovação dos recursos do Fundo Municipal de Saúde, e já perguntei que vai ser gasto com este recurso e nós não sabemos, mas já temos um empréstimo. Sabemos hoje, que parte dele

vai ser, salvo engano, para adquirir os equipamentos para o tal Complexo, que é em torno de R\$ 13.000.000,00. Hoje ficamos sabendo! Nós temos uma UPA que custaria R\$ 10.000.000,00 e nós conseguimos com este Complexo, que já está sendo anunciado desde janeiro, fevereiro, um Centro de Imagens, tomografia, endoscopia, colonoscopia, algumas cirurgias eletivas, não sabemos quais são, centro oftalmológico, centro de esterilização, espaço para Escola de Saúde Pública, CAPS e um serviço que é próprio da Assistência Social e da Segurança Pública - Secretaria de Justiça com recursos do Fundo Municipal de Saúde – FMS. Questiono se pode utilizar os recursos do FMS para esses serviços, porque conforme a legislação, não pode. Até onde conheço a legislação, não pode. Foi dito aqui que o custo vai ser de R\$ 30.000.000,00, mas não sei se vai haver revisão do contrato. O que tem no contrato é que vamos pagar R\$ 342.000,00 por 120 meses, multiplicando dá R\$ 41.000.000,00 e não R\$ 30.000.000,00. E quando o Conselho questiona quanto isso vai custar, a resposta é que não pode-se falar para não furar o Edital, não prejudicar o processo. Tenho uma estimativa de cálculo, com o que foi dito, R\$ 10.000.000,00, os R\$ 13.000.000,00 para equipar, que soubemos hoje, os recursos humanos não sabíamos, mas em consulta a um Edital, lançado recentemente para entregar para uma Organização Social – OS a UPA NORTE, se tem três cenários: 1. com a Administração Direta fica em torno de R\$ 28.000.000,00; 2. Com situação híbrida, que a Secretaria está pensando em fazer, pois informou a permanência dos servidores na UPA fica em torno de R\$ 24.000.000,00; O 3. Será de R\$ 18.000.000,00 se a OS arcar com tudo. Mas como os funcionários vão ficar lá, calculei o segundo cenário, R\$ 24.000.000,00, isso só para funcionar o espaço físico, a UPA e o equipamento dá R\$ 78.000.000,00, mas tem as estruturas que vão ficar com o município e as outras, com a OS. Calculei por baixo, mais R\$ 24.000.000,00, dá R\$ 101.000.000,00! Esse Complexo raso vai dar R\$ 101.000.000,00! Historicamente, Florianópolis tem se negado assumir a transferência da gestão do Hospital Florianópolis, que é público. Essa estrutura poderia ser feita lá. Teríamos lá, não só as cirurgias eletivas, mas todos os atendimentos complexos e tomografias. Este Conselho nunca discutiu e nunca deliberou por estrutura similar para Região Sul, mas sim para o Norte. Recentemente, o Governo Federal abriu espaço de financiamento pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), foi então que surgiu a estrutura de CAPS Norte. Então perguntei, porque não usar desta possibilidade de recurso federal, com financiamento de estrutura no Sul, substituindo essa idéia, mas colocam que não é isso que está sendo pensado. Temos gastos elevados, temos outras alternativas, temos uma situação que este Conselho foi levado ao equívoco e teve uma Resolução ignorada.”

Após suas reflexões, propôs como encaminhamento: uma nova resolução requerendo ao Executivo o cancelamento de todo e qualquer processo, inclusive este contrato para o Complexo, até que este Conselho possa deliberar. Entendemos que está muito caro esse projeto e a sugestão é a Secretaria crie outras alternativas para assegurar essas estruturas que a equipe técnica considera importante, utilizando outras estratégias de financiamento e de espaços públicos. Cita como exemplo o Hospital Florianópolis que fica no Continente e que em determinado momento passado se discutiu a possibilidade de passar para a gestão municipal, porém não se avançou nesse projeto. No entanto esta é uma estrutura totalmente pública e todo esse Complexo poderia ser feito lá. Não só as cirurgias eletivas como os demais serviços elencados pela gestão. Este conselho nunca deliberou ou aprovou a construção de uma estrutura similar a esta que está sendo debatida aqui, no Sul da Ilha, mas sim no Norte. E só recentemente com a abertura da possibilidade de recurso do PAC para investimento surgiu a possibilidade de uma estrutura de CAPS para o Norte, há duas semanas. Então questionei porque não usar esta possibilidade de recurso federal para fazer um novo projeto de estrutura no Sul substituindo esta que está em debate, mas a resposta da gestão é que esta possibilidade não tinha sido pensada. Então temos gastos errados, temos outras alternativas, temos uma situação em que este Conselho foi levado ao equívoco e temos uma resolução ignorada. Encaminhamento fazer nova Resolução requerendo ao Executivo o cancelamento de todo e qualquer processo de construção e que se pare o contrato desse Complexo até que se encontre outras alternativas viáveis e que contemple todas as necessidades de serviços apontadas pela equipe técnica. E que se busque outras estratégias de financiamento e de espaços públicos que comportem esses serviços.

Informou a título de esclarecimento que o recurso do empréstimo do Banco do Brasil, foi apresentado em uma plenária anterior como sendo destinado para a construção das unidades de Morro das Pedras, Jurerê, Vila Aparecida e Costeira do Pirajubaé no ano de 2024, como também consta na Lei Orçamentária Anual (LOA).

2.37 Gustavo Jubiraci Droguetti Lanza, Conselho Distrital de Saúde Sul

Saudou a todos os presentes, e agradeceu por esta oportunidade de debater este tema. Agradeceu a todos os envolvidos que elaboraram as perguntas e as respostas que ajudaram a clarear mais este assunto. Lembrou a todos de que meses atrás esteve apresentando em Plenária várias informações a respeito dos contratos que envolvem o Complexo de Saúde. Que naquela época o seu sentimento e de outros conselheiros era terem sido enganados, desrespeitados no seu papel de acompanhar e fiscalizar os recursos colocados na saúde. Inclusive foi comentado naquela ocasião que os conselheiros poderiam colocar um nariz de palhaço. Pede desculpas a todos, mas isso está acontecendo porque o diálogo não está sendo transparente desde o início. Porque quando fizeram a Plenária para apresentar algumas informações a respeito da mudança de gestão das UPAs para OS, já havia inclusive sido assinado o contrato entre a Prefeitura e as empresas. Houve cerimônia de assinatura e o Conselho não foi convidado, só tomou conhecimento por fotos posteriores na imprensa. Destacando que para outras cerimônias o Conselho costuma ser convidado (inauguração Clínica da Mulher e da Criança, assinatura de pactuação com o Ministério da Saúde - APS do Futuro). Eram as autoridades de Estado e Município presentes fazendo as devidas assinaturas em suas pactuações. Foi preciso o crescimento e fortalecimento do Movimento UPA Sul Fica e inúmeros pedidos em plenárias, para que se chegasse a esse momento de ampliação de algumas informações e situações. Deseja registrar sua indignação pela forma como as coisas foram feitas. Fica um clima muito ruim e não é dessa forma que a gente que construir as relações. A gente precisa aprender com tudo o que aconteceu. A gente quer razão dentro desse processo, a gente quer pareceres técnicos e quando isso não acontece faz com que a gente coloque um pé atrás, perca a confiança, passe a questionar tudo, e não aprove o que não ficar muito claro. Não é num ambiente como esse que a gente deseja atuar para a saúde do nosso município. São questões de racionalidade técnica e o conselho quer contribuir com a busca das melhores soluções para a nossa cidade. É para isso que a gente está aqui, é para isso que fazemos essas reuniões. Gostaria de dar esse alerta para todos nós que estamos envolvidos no Conselho. Acrescentou ainda que vislumbra adiante de tudo o que está acontecendo nessa reunião, a Secretaria e a Prefeitura não vão voltar atrás nesse contrato até porque parar o contrato significa uma multa no valor total do contrato. “Então imagino eu que isso não vai acontecer, a não ser por decisão judicial ou pressão popular, então venho convidar vocês nos seus Centros de Saúde, nas suas comunidades, para se unirem a nós nesse movimento. Esse é o apelo que eu faço a população. E o apelo que eu faço a Secretária de Saúde é para que a gente construa um diálogo mais aberto, mais técnico, mais transparente e com mais confiança para o bem da saúde de Florianópolis. Gratidão.”

2.38 Jussara, SINTRASEM

Saudou a todos e se apresentou como integrante do SINTRASEM. Perguntou aos representantes da gestão se os trabalhadores de saúde que trabalham na UPA foram perguntados se desejam a mudança de gestão para OS. Lembrou do escândalo da OS que foi colocada na Educação Infantil em Florianópolis que após denúncias e investigação por parte do Sindicato foi confirmado que se tratava de uma empresa fraudulenta e o contrato interrompido. Lembrou ainda do processo de aprovação da Lei das OS na Câmara de Vereadores mesmo com 20000 pessoas na rua contrárias a esse modelo de gestão. Esse momento não está sendo diferente apesar dos questionamentos do Sindicato sobre essas mudanças para OS feitos ao Prefeito e à Secretária, não recebem nenhuma resposta. Porque o Prefeito descumpra o que ficou pactuado em acordo coletivo que assinou na frente da justiça de um novo concurso público de

chamamento de edital para médicos e técnicos de enfermagem para recompor as equipes desfalcadas. Então é um descumprimento atrás do outro, um desgaste pro serviço, sobrecarga para o trabalhador da saúde que não é ouvido nesse processo. Ao final convida a todos para uma reunião a noite do auditório do Sintrasm do Movimento UPA Sul fica!! E também o lançamento do Movimento UPAs 100% Públicas!! Porque OS não é a alternativa mais barata e nem mesmo a mais eficiente para a gestão de um serviço. Fora OS!!

2.38 Sulimar Vargas Alves, Sindicato dos Empregados em Edifício e em Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis de Florianópolis / SC

Boa tarde. Informou que este tema não se esgota aqui. “Depois de todos estes meses, ainda estamos discutindo o que não tem nome. A Secretária apresenta como Complexo Hospitalar. Não adianta este nome, sou usuário, não sou técnico. E hospital para mim é o Celso Ramos e o Florianópolis. Então quando o Prefeito diz que vai construir um Complexo hospitalar é 24 horas então uma UPA 24 horas e um hospital de 12 horas. É triste, revoltante. Quem tinha que estar escutando isso não são os técnicos, mas a Secretária de Saúde que não está presente. Aliás sempre está viajando ou doente, sempre tem justificativa. Até numa Plenária Extraordinária, apareceu um problema. Tenho muito respeito aos técnicos, estou neste Conselho desde 2010. É importante os presentes nesta plenária saber que já não há 100% de confiança por de parte do Conselho com a Gestão, esta confiança foi quebrada. Quando a Gestão assinou um Contrato e depois convocou uma plenária extraordinária para empurrar aprovar algo que já estava assinado. Não é um hospital, tenho que levar isso para fora e explicar que fomos ludibriados. Espero que surja outro nome, nunca fomos contra equipamentos de saúde, mas isso não é um hospital. Este Conselho sempre foi para rua, na frente a Prefeitura a gritar em defesa da saúde pública e por mais verbas. Agora é necessário irmos para as ruas novamente gritar contra OS e defender a saúde pública. Conselho enche a gestão de perguntas e as respostas, hoje, servem para os vereadores usarem de argumento para irem na justiça. Este Conselho não está submetido e não está de acordo com o que está acontecendo. Quebrou o elo da confiança. Aos conselheiros que estão aqui, vamos voltar a fazer reuniões entre os Conselhos Locais de Saúde e os conselheiros, fora daqui. Encheram esta plenária de técnicos para nos tirar a liberdade. É uma situação muito triste, isso não é complexo hospitalar”

2.39 Sergio - CLS Rio Vermelho

Fez um convite e provocou que voltássemos a ingenuidade infantil e refletisse: “ O que está na minha frente: Reforma da UPA – 3 milhões (problemas de rachaduras, problemas com contratos licitações) e aí a Prefeitura percebe – vamos fazer melhor, vamos implantar geradores etc. o valor passa para 10 milhões resolvemos o problema da UPA e ela vai ficar como a população merece. Mas, que conveniência, apareceu o prédio do antigo aeroporto? O valor vai para 30 milhões e já falaram 101 milhões! E, daqui há 5 anos, a Prefeitura descubra que teremos problemas de mobilidade urbana, então vão querer construir um túnel submerso com tecnologia chinesa do centro até Carianos que custe 380 milhões e está resolvido! Vamos ter que prever essa discussão. Obrigado”

2.40 André – CLS Trindade

Colocou sua reocupação sobre as OS. Questionou sobre dados que não foram divulgadas, com a justificativa apresentada pela área técnica de que não podem dar informações antecipadas para manter a isonomia dos possíveis processos seletivos futuros. Mas percebeu que é uma tendência no município, pois foi publicado dia 13 de novembro, no Diário Oficial a Portaria Conjunta 0012023 que tornou pública o processo de transferência de gestão da UPA Norte 24h para uma Organização Social. Colocou que “É triste demais ver a equipe técnica estar conivente com a transferência de serviço público para a organização privada. Ver funcionários públicos de carreira sendo conivente com essa transferência”. Citou como exemplo os problemas de gestão da UPA Continente que é administrada por uma OS. Sugeriu que ouçam

a população, os relatos são de desaprovação da Gestão da UPA Continente, não existe melhorias. Finalizou informando “que a saúde pública de Florianópolis já foi reconhecida como a melhor e que, agora, a atuação de vocês na Gestão, será lembrada como a que permitiu a saúde precarizada, pois é isso que acontece quando passam serviço público para a gestão privada. Eles não pensam na saúde da população, pensam apenas no ganho e no lucro”.

2.41 Gerusa Machado, Secretária Executiva do CMS

Apresentou os encaminhamentos:

- Plenária de Conselheiros com os Conselhos Locais de Saúde
- Ofício do CMS solicitando audiência Pública sobre o tema na Câmara de Vereadores
- Proposta de Resolução apresentada elaborada pela Conselheira Josimari com o seguinte conteúdo:

Aprovar posição do CMS favorável a anulação imediata do Contrato 393 do Complexo de Saúde Sul com envolvimento elevado de recursos financeiros do Fundo Municipal de Saúde, em momento de fragilidade financeira da SMS/PMF sem a devida apreciação e anuência do CMS. Recomendar que a SMS viabilize os serviços previstos no referido Complexo junto às atuais estruturas públicas municipais; Recomendar a retomada da reforma e ampliação do prédio da UPA Sul e Policlínica Sul na Fazenda do Rio Tavares; Recomendar a construção do CAPS no Norte da Ilha conforme deliberado na 11ª Conferência Municipal de Saúde; Recomendar que seja retomado junto à Secretaria Estadual de Saúde o projeto do Município assumir a gestão do Hospital Florianópolis onde o centro de imagens e as cirurgias eletivas poderiam ser implantados com maior custo efetividade.

Foi colocado em votação este texto contendo a proposta da Resolução e aprovado por 14 votos favoráveis de conselheiros municipais titulares, 2 abstenções, e nenhum voto contrário.

Não havendo mais encaminhamentos, a palavra é passada para a conselheira Lísia

2.42 Lísia Maria Barth, Conselho Distrital de Saúde

Apresenta preocupação com a UPA Norte, e pergunta como ficará a questão da OS lá e principalmente a falta de médicos, levando o usuário a ficar até 9 horas para ser atendido, qual é o plano da Secretaria para o verão da UPA Norte?

2.43 Gustavo Jubiraci Droguetti Lanza, Conselho Distrital de Saúde Sul

Denuncia que o Edital de transferência de Gestão da UPA Norte para OS não passou pelo Conselho, nem pela Câmara técnica. Não houve consultas. O edital foi direto para o Diário Oficial. Sugere fazer Resolução ou Pauta para próxima Plenária

2.44. Talita Cristine Rosinski, Subsecretária de Saúde Pública

Sugeriu pautar esse tema na próxima Plenária. Informou que há um planejamento para a Operação Verão e que este plano pode ser apresentado na próxima reunião.

2.45 Gerusa Machado, Secretária Executiva do CMS

Informou que teremos que pautar esse assunto na próxima reunião plenária. Destacou as ausências da Presidente (Secretária de Saúde) e da vice-presidente do Conselho na semana que vem quando estava agendada a reunião ordinária do CMS. Anunciou que a primeira secretária Josimari pode coordenar a Plenária e assim fica mantida a Reunião Ordinária no dia 28 de novembro. Informou que a Plenária de dezembro será dia 14. Finalizou essa reunião informando a aprovação da RESOLUÇÃO Nº. 26/CMS/2023 “AD REFERENDUM EM REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DIRETORA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE O CADASTRO DE PROPOSTA DE CONSTRUÇÃO DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - UBS E CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL -CAPS NO PLANO DE ACELERAÇÃO DE CRESCIMENTO - PAC 2023.” A Plenária acata a aprovação feita pela Mesa Diretora em 08 de novembro de 2023, com a justificativa de incluir novos projetos de obras para unidades de saúde no PAC do Governo Federal.

Agradeceu a presença de todos e encerrou a Plenária.

Conselheiros Presentes 223ª Plenária Extraordinária

Governo Municipal

1. Talita Cristine Rosinski, Secretaria Municipal de Saúde
Daniela Baumgart de Liz Calderon (Suplente)
2. Telma Pitta, Secretaria Municipal de Assistência Social - SMDU
3. Luiz Henrique Fernandes dos Reis, Secretaria Municipal de Educação - SME (Suplente)
4. Cristina Moreira Lalau, Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMMA

Entidades Sindicais e Associações de Profissionais de Saúde

5. Marino Tessari, Conselho Regional de Educação Física de SC –CREF3/SC
6. Rosana Isabel dos Santos, Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de SC - SINDFAR/SC (Suplente)
7. Giordano de Azevedo, Sindicato dos Psicólogos de SC – SINPI-SC

Entidades Sindicais e Associações de Trabalhadores em Saúde do Serviço Público

8. Vera Lucia Ferreira, Associação Brasileira de Enfermagem –ABEn
9. Patrícia Barreto, Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Florianópolis - SINDSAÚDE

Instituições Públicas de Ensino Superior com Atuação na Área da Saúde com sede em Florianópolis

10. Josimari Telino de Lacerda, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Douglas Francisco Kovalski, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (suplente)

Entidades Populares

11. Fabíola de Souza, Associação de Moradores do Campeche- AMOCAM (suplente)
12. Sandra Marisa Creczynsk, Associação ALEGRE MENTE (Suplente)
13. Silvana Maria Pereira, Instituto de Estudos de Gênero - IEG (Suplente)
14. Leonilda Delourdes Gonçalves, Pastoral da Pessoa Idosa – PPI
15. Juliara Bellina Hoffmann, União Brasileira de Mulheres – UBM (suplente)
16. Albertina Prá da Silva, União Florianopolitana de Entidades Comunitárias - UFECO

Conselhos Distritais de Saúde

17. Rosa Maria Borges Vieira, Conselho Distrital de Saúde Continente
18. Lisia Maria Barth, Conselho Distrital de Saúde Norte
19. Gustavo Jubiraci Droguetti Lanza, Conselho Distrital de Saúde Sul
Edilma Pereira Lima, Conselho Distrital de Saúde Sul (Suplente)

Entidades Sindicais e Associações de Trabalhadores

20. Sulimar Vargas Alves, Sindicato dos Empregados em Edifício e em Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis de Florianópolis / SC

Entidades Não Governamentais que Atuam no Atendimento a Pessoas com Patologias Crônicas e Pessoas com Deficiência

21. Maira Antonello Rasia, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Florianópolis - APAE

Entidades Ausentes

Governo Municipal

22. Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS

Entidades Prestadoras de Serviço em Saúde

23. Associação de Hospitais de Santa Catarina - AHESC

24. Instituto Arco-Íris

Entidades Sindicais e Associações de Profissionais de Saúde

25. Conselho Regional de Enfermagem de SC - COREN

26. Conselho Regional de Nutricionistas da 10ª Região - CRN 10

Entidades Populares

27. Grupo Espírita Benedita Fernandes - GEBEN

Conselhos Distritais de Saúde

28. Conselho Distrital de Saúde Centro - CDS Centro

Entidades Sindicais e Associações de Trabalhadores

29. Central Única dos Trabalhadores - CUT/SC

Justificaram Ausência

30. Cristina Pires Pauluci, Presidente CMS

31. Associação dos Funcionários Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil - AFABB/SC

32. Associação Brasileira de Portadores de Câncer - AMUCC

Participantes e Convidados

1. Adalgiza Santos – CAPS ad Continente
2. Afonso Christ – CLS Tapera
3. Afrânio Boppré – Vereador CMF
4. Ana Báfica- SMS/GAP
5. André Leni – SMS
6. André Silva – UFSC
7. Aurea Bomfim- Residente MFC
8. Bárbara Becker – SMS/DIBEA
9. Brenda Barbosa – SMS/Residente
10. BrunaPalma -SMS DSUL
11. Camila Bolt – Medica
12. Camilo Fernandes – SMS/VISA
13. Carine Ribeiro- Enfermeira Residente
14. Carla Ayres – Vereadora CMF
15. Carmen Souto – CLS Pantanal
16. Carolina Krothi
17. Cesar IsmarSchenini – FAMESC
18. Claudemir Molis – SMS/CCZ
19. Claudia Francisco – Assessoria Vereador Afrânio Boppré
20. Cristiane Alves- SMS/Saúde Mental

- 21.Cristina Souza – SMS
22. Guardini – SMS/ASSJUR
- 23.Daniela Pozzebon – Enfermeira / Policlínica Continente
- 24.Daniele Taschetto – Residente MFC
- 25.Daniella Andrade – SMS
- 26.Denilson Oliveira – Residente
- 27.Edemir Nascimento – CAPS Ad Continente
- 28.Edilane Souza Silva- SMS/CCZ
- 29.Edinete Wolf – SMS/Enfermeira
- 30.Emanuella Miranda- SMS/CCZ
- 31.Erick Cardoso – CLS Pantanal
- 32.Evandro Silveira – SMS/RH
- 33.Fabiane Silva – Serviços Gerais
- 34.Fernanda Daex – Enfermeira
- 35.Fernanda Melchior – SMS/DAS
- 36.Fernanda Santos – Residente MFC
- 37.Flávia Cruz – SMS/VISAT
- 38.Giane Galvão – Médica
- 39.Gilmar Almeida – Enfermeiro/ Policlínica Continente
- 40.Helton Albonas- SMS/GAP
- 41.Humberto Santos – SMS/ Secretário Adjunto
- 42.Ingrid Pires Silva – CAPS Ponta do Coral
- 43.Isabella Silva- R1 Ingleses
- 44.Janete Temochko – SMS/CCZ
- 45.José Vitor – Residente
- 46.Joyce Almeida – SMS/ASCOM
- 47.Juliana de Arma – Gestão
- 48.Karina Andrade – SMS/ASSJUR
- 49.Karina Correa – SMS/EMULTI
- 50.Katiuscia Pereira – SMS/DAER
- 51.Lafaete Neves – Comitê Campeche
- 52.Lani Martinello dos Santos – SMS/DVS
- 53.Larissa Alvarenga – Enfermeira / GVE
- 54.Láticia Zhlers
- 55.Luana Rios Weber – SMS/ Subsecretária de Gestão
- 56.Lucilene Paes – SMS/GAP
- 57.Maíra Manerichi – SMS
- 58.Marcio Cardoso – SMS/GCZ
- 59.Marcio Pecondi – SMS
- 60.Marcos Ferreira – CLS Campeche
- 61.Maria Eloni Benotto – CLS Jurerê
- 62.Maria Lazari Goulart – Odontóloga
- 63.Marina Moraes – SMS/Compras
- 64.Mayara Boing – gerente GECSA
- 65.Melissa Costa Santos – SMS/Enfermeira
- 66.Mislaine Peereira – SMS/Contratos
- 67.Nadir Virgílio – Técnica Saneamento
- 68.Osmar Guesser – Enfermeiro
- 69.Osni Pereira – SMS/CCZ
- 70.Paulo Magas – Usuário
- 71.Paulo Roberto Machado – Gerente Ambiental

72. Perla Bleyer – SMS/ Setor Materiais
73. Pio Santos – CLS Campeche
74. Rafael Viera – SMS
75. Renata Tirelli – Nutrição R1
76. Ritiely Queiroz – SMS
78. Ronaldo Pereira – SMS
79. Rosa Vieira – Aposentada
80. Rose Hoffmann – Assessoria Vereadora Carla Ayres
81. Sergio Almeida – CLS Rio Vermelho
82. Sheila Araujo – SMS
83. Simone de Souza – CLS Ratoles
84. Sonia Reis – GAE /Policlinica
85. Tailine Perondi – Residente Odonto
86. Tania Machado – Enfermeira
87. Thiago Hermanis –Gabinete Vereadora Tânia Ramos
88. Valentina Rossignello – SMS/ Residência
89. Valter Euclides Chagas – CLS Rio Tavares
90. Volmar Neto – Assessoria Vereadora Carla Ayres

Glossário de Siglas e Abreviaturas

- APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
- APS - Atenção Primária em Saúde
- CAPS - Centro de Atenção Psicossocial
- CDS - Conselho Distrital de Saúde
- CEDIM/SC - Conselho Estadual dos Direitos da Mulher
- CEDRA - Centro de Avaliação, Reabilitação e Desenvolvimento da Aprendizagem
- CELK - Sistema de Prontuário Eletrônico em Saúde
- CEOS - Centro de Especialidades
- CISM - Comissão de Saúde Mental
- CLS - Conselho Local de Saúde
- CMS - Conselho Municipal de Saúde
- CREMV - Centro de Referência de Atendimento à Mulher em situação de Violência
- CS - Centro de Saúde
- DML - Departamento Médico Legal
- DPCAMI - Delegacia de Proteção à Criança, ao Adolescente, à mulher e ao Idoso
- GEOA - Gerência de Controle e Avaliação
- HIV - Vírus da Imunodeficiência Humana
- HNR -Hospital Nereu Ramos
- HU – Hospital Universitário
- HUG - Hospital Infantil Joana de Gusmão
- IML – Instituto Médico Legal
- MCD - Maternidade Carmela Dutra
- NEAVIT - Núcleo Especial de Atendimento à Vítimas de Crimes
- PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
- PMF - Prefeitura Municipal de Florianópolis
- RAIVS - Rede de Atenção Integral às Pessoas em Situação de Violência Sexual de Florianópolis
- RDQA – Relatório do Quadrimestre Anterior
- RH - Recursos Humanos
- SCP - Sociedade Catarinense de Pediatria

SES - Secretaria do Estado da Saúde

SINAN - Sistema de Informação de Agravos de Notificação

SINDFAR/SC - Sindicato dos Farmacêuticos no Estado de SC

SISREG - Sistema de Regulação do Estado

SMS - Secretaria Municipal de Saúde

SUS - Sistema Único de Saúde

UPA - Unidade de Pronto Atendimento